

ATA DEGRAVADA DA 183ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40

Aos vinte e três dias do mês de agosto de 2013, às nove horas, no plenário da Casa de Direitos Humanos realizou-se a centésima octogésima terceira Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela presidenta Sra. Maria Juanita Godinho Pimenta, onde estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Júlio César de O. Brum – IMSNS, Henedina Dias Fernandes – CMAS/Japaraíba, Márcio Caldeira – ASSPROM, Andréa Medrado – SEDESE, Marcelo Armando – CRESS, Guilhermina Torga – SEF, Edir Petrucelli – SEE, Luiz George M. da Trindade – CMAS/Lagoa Santa, Adriana Rocha – SEAPA, Sérgio Sampaio Bezerra – Fed. Das APAES/MG, Mila Magalhães Ribeiro – SEPLAG, Fernanda R. Maia Mendes – SES, Fabiana N. S. G. Rios – ISJB, Anália Maria Ferreira – COGEMAS; conselheiros suplentes: Isabela de V. Teixeira – SEDESE, Rosilene Aparecida Tavares – CMAS/Montes Claros, Ami Ribeiro de Amorim – Missão Ramacrisna, M<sup>a</sup> Albanita Roberta de Lima – SEDESE, João Ademar Specht – AJEAS, M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – Sind-Saúde, Hélio Noberto – CMAS/Pouso Alegre, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND; a convidada: Onei Angela K.R. Rocha – SMAS/Paraopeba; membros da Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Elizabeth Chalita, Rosalice Tassar, Maria Paula e Adelmira Gomes. Justificativas de ausência: Não houve. A presidente inicia a plenária: vamos dá inicio à nossa 183ª reunião ordinária, vocês estão com a pauta ai na mesa e ela está transmitida na tela. É eu gostaria que vocês analisassem a pauta e se tivesse alguma solicitação de inclusão. Não, está tudo tranquilo? Não de quê? Ok! ANDRÉA - É Estou vendo na pauta relato demonstrativo sintético. Ele está no relato da comissão de orçamento. Não sei se a gente junta ou sobe. JUANITA - Eu coloquei isso aqui, mas ele foi para parte da manha porque precisa de coro. O demonstrativo e a prestação de contas do segundo semestre. ANDRÉA – então vai subir o relato da comissão. JUANITA – o relator da comissão sobe é com relação a informes eu tenho um informe para fazer, mas a gente vai deixar o informe para a parte da tarde, mais alguém tem informes para fazer. Fátima, alguém anota, por favor! Mais alguém. Não? Bom, então vamos dá inicio. Antes de darmos inicio á nossa plenária nós temos aqui a indicação da Fernanda Rodrigues Maia Mendes que vai ser a suplente da titular Tanit conselheira Estadual da Secretaria de Estado da Saúde, conselheira que está sendo empossada hoje. Seja muito bem vinda a este conselho. Fernanda a partir de hoje você é conselheira Estadual. Aplausos. Hoje ela está em situação de titularidade. Justificativa de ausência tem Consolação Não? Bom! É com relação a justificativa de ausências nós recebemos um e-mail da Cristiane falando da substituição. Da substituição no conselho Estadual de Assistência Social, ela comunica que o Inspetor Padre Nilson Faria dos Santos. Comunica que a representante da inspetoria São João Bosco neste conselho passará ser Fabiana Nunes Gonçalves Rios a partir de Agosto de 2013, então a Cristiane já sabíamos que ela iria nos deixar por questões profissionais de trabalho. Ela deixa de colaborar com este conselho e vamos receber uma outra pessoa que como não chegou ainda. Tão logo ela chegue a gente retorna e dá posse a ela neste conselho. Apreciação da Ata da plenária passada alguém gostaria de fazer consideração á ata todos os conselheiros leram aprovada então a ata da 183ª reunião. Nós já olhamos os informes. Agora vamos ter a apresentação da

41 comissão de Ética, com apresentação do conselheiro Volney. Lembrando que isso veio de  
42 umas duas ou três plenárias é que aconteceram antecedente a essa e que foi feita a solicitação  
43 do Volney fazer a apresentação do código de Ética, entendendo mesmo que os conselheiros  
44 deixam este conselho este ano, mas é importante porque essa questão perpassa por nossa  
45 vida e é importante lembrar e informar da questão ética do conselheiro, Volney com a palavra.  
46 VOLNEY – bom dia a todos até mesmo esse conselho ele tem que dá informes à comissão de  
47 ética do Estado. Então a gente fez uma programação e nós temos que informar o que foi  
48 trabalhado com os conselheiros. Nosso código de ética ele foi disposto através da resolução  
49 320/10, lembrando que o código de conduta ética do servidor público e da alta administração  
50 Estadual é aplicável a todos àqueles que exercem uma função pública relevante que no caso  
51 são os conselheiros públicos estaduais. Os motivos da abrangência, o código de ética do  
52 CEAS tem as seguintes finalidades: orientar a conduta dos conselheiros titulares e suplentes,  
53 tornar públicas as regras éticas e condutas dos conselheiros para que a sociedade possa aferir  
54 a integridade e a lisura das nossas atividades, preservar a imagem e reputação do conselho  
55 estadual de assistência, estabelecer regras básicas para mediar conflitos entre interesses  
56 públicos e privados nas utilidades do exercício da função do conselheiro, criar procedimento de  
57 averiguação de infração ética. Parágrafo único: as normas deste código aplicam-se aos  
58 conselheiros no desempenho das suas funções. A gente tem percebido que o Brasil tem vivido  
59 nos últimos anos uma crise de ética principalmente na administração pública, temos que está  
60 sempre vigilante dos princípios. Os conselheiros da sociedade civil e do governo são agentes  
61 públicos no exercício da função de conselheiro exige conduta compatível com os preceitos da  
62 Constituição Federal, da LOAS, das leis estaduais 12262 de 23 de julho de 1996, a 12812 de  
63 28 de abril de 1988 que foi alterada pela lei 15202 de 15 de janeiro de 2004 e as normas  
64 legais. O trabalho desenvolvido pelo conselheiro é atividade não remunerada e considerada e  
65 considerado serviço público relevante. Das responsabilidades e deveres participar das  
66 atividades do conselho reuniões plenárias, grupos de trabalho, comissão desenvolvendo com  
67 responsabilidade e presteza todas as funções designadas. Representar o CEAS e todas as  
68 atividades que foram atribuídas e dignidade observando as normas de conduta social e da  
69 Administração Pública. Das vedações: é vedado ao conselheiro do CEAS, atentar contra a  
70 ética a moral a honestidade e o decoro. Fazer de sua conduta instrumento de domínio, pressão  
71 ou de menosprezo. Fazemos o link com o assédio moral, onde nós conselheiros não devemos  
72 assediar moralmente os nossos pares. Prejudicar deliberadamente a reputação de outros  
73 conselheiros de servidores ou de cidadãos que dele dependam. Da aplicação de penalidades.  
74 A pena aplicada ao conselheiro pela comissão de ética será precedida de deliberação em  
75 plenária conforme sua gravidade advertência verbal em plenária. Censura ética devendo sua  
76 fundamentação constar em parecer assinado por todos os integrantes com ciência ao falso  
77 sendo copia encaminhada ao conselho ou entidade representada pelo conselheiro.  
78 Desligamento do conselheiro, Parágrafo Único: quando a infração a este código for  
79 caracterizada com crime copia do processo será remetida ao MP para instauração da ação  
80 penal. Da comissão de Ética: a Comissão de Ética órgão normativo e executivo no âmbito da

81 sua competência, atualmente nós somos 4 membros com representação paritária, eleitas na  
82 plenária do CEAS com a seguinte composição: o Coordenador e três membros. Cabe a  
83 Comissão de Ética, receber denúncia e propostas para averiguação de infração ética que lhes  
84 foram encaminhadas indicando a conveniência de instauração de procedimento específico e  
85 aplicação de eventuais penalidades. Instaurar de ofício procedimento sobre ato ou matéria que  
86 consistem em configurar em tese infração a princípio ou norma ética. Instruir o procedimento  
87 que deverá ser concluído no prazo de 30 dias ou por igual período. Elaborar relatório  
88 circunstanciado e parecer conclusivo propondo se devida a aplicação de penalidade. Das  
89 disposições finais: a falta deste código ou a inexistência de definição ou orientação ética no  
90 exercício das funções de conselheira será remetida a reunião plenária deste conselho. Bom!  
91 Então seriam essas colaborações e coloco aberta, para quaisquer observações que se fizerem  
92 necessárias. JUANITA – lembrando que o Volney faz parte do CEAS da comissão de normas,  
93 qual outro conselheiro Consolidação de Ética? Ok! Algum conselheiro gostaria de tirar alguma  
94 dúvida da comissão de ética. Conselheiro Marcelo? MARCELO – Conselheiro Volney, só na  
95 conceituação do assédio moral, eu não sei se no caso específico do nosso código de ética, isso  
96 aí entraria em assédio moral. Tem como voltar lá? É só para deixar claro assim, o assédio  
97 moral ele pressupõe uma continuidade de violência contra a moral da pessoa e a  
98 caracterização do assédio moral, não é algo assim por um simples fato ocorrido caracterizaria  
99 assédio moral. Tem que ser algo que vai ser repetido e contínuo que faz com que a pessoa  
100 passe por uma situação de menosprezo e, portanto, ela tem que passar por processo  
101 psiquiátrico e psicológico. Eu enquanto conselheiro, penso que o assédio moral não se  
102 caracterizaria. Porque as discussões que se fazem no conselho, são discussões que ocorrem  
103 numa plenária onde o conselheiro e demais conselheiros tem condições de fazer discussões e  
104 pautar e colocar é discussão entre iguais é isso, mas é algo que podemos aprofundar estudo e  
105 trazer uma proposta mais efetiva. JUANITA – tranquilo senhores nenhuma dúvida não, então  
106 vamos avançar conforme a pauta acordada no início dessa plenária. Considerando o coro, nós  
107 vamos subir com a comissão de financiamento e orçamento que nós temos que deliberar sobre  
108 a prestação de contas do SUAS Web e do Co-financiamento federal do ano de 2012, e ainda a  
109 prestação de contas do FEAS do segundo trimestre de 2013. Então nós vamos passar a  
110 comissão de orçamento para agora. Coordenadora Andréa nós vamos passar para você.  
111 ANDRÉA – bom dia a todos! Bom é a comissão se reuniu ontem para a prestação de contas e  
112 apreciação da prestação de contas. A prestação de contas foi encaminhada a todos os  
113 conselheiros no dia 14/08 para apreciação e não houve nenhuma solicitação de  
114 esclarecimentos para a SEDESE. No dia de ontem para todas as comissões e conselheiros  
115 presentes a superintendente Isabela fez a apresentação e agora estou apresentando o relatório  
116 desta prestação de contas referentes aos meses de maio abril e junho do segundo trimestre de  
117 2013. Quanto à primeira ação qualificação de recursos humanos é teve em termos de meta  
118 estruturador a qualificação de 10.000 participantes qualificados. Houve uma meta de 6167 de  
119 pessoas qualificadas, um acúmulo financeiro de R\$404.000,00 e uma porcentagem de 44% de  
120 gastos. Na segunda ação a operacionalização do CEAS parece que até na última plenária

121 havia sido apresentado e apreciado pelos conselheiros. Então não vamos nos ater. Houve um  
122 acúmulo financeiro de R\$93.000,00 e um acúmulo de porcentagem de 14% de gastos. Na ação  
123 3 que é a proteção social básica que é o co-financiamento para 99 unidades co-financiadas,  
124 neste segundo trimestre houve o financiamento para todas as unidades e tendo um acúmulo  
125 financeira de R\$1.500.000,00 aproximadamente totalizando 40% de gastos dessas ações. Na  
126 ação 4 proteção social especial, são para co-financiamento de 130 unidades neste segundo  
127 semestre nós tivemos o atendimento das 130 unidades com acumulado financeiro de  
128 R\$5.608.238,00, perfazendo um total de 40% dos recursos gastos. Na ação 5 psio mineiro para  
129 o segundo trimestre, foi atingindo a meta total que é 853 municípios co-financiados com o  
130 acumulado financeiro gasto de R\$24.000.000,00, totalizando 50% dos recursos gastos. Na  
131 ação 6 que é a gestão monitoramento e avaliação do SUAS, nós tivemos o atendimento da  
132 meta física dos 838 municípios. Com acumulado gasto de R\$4.000,00, perfazendo 2.4%. na  
133 ação 7n que é o índice da gestão descentralizada que é o IGDE e o IGDSUAS, nós tivemos  
134 realizados no IGDE, um credito de R\$2.000.073,62 em saldo e um valor credito, valor do  
135 trimestre com saldo de dois milhões e aprovado pelo conselho com o que será gasto e no  
136 IGDSUAS tem um saldo de R\$1.307.639,00, os dois perfazendo um gasto diferente, mas já  
137 reprogramados e aprovados pelo conselho. Finalizando a comissão fez o encaminhamento,  
138 logo depois dessa apresentação, tivemos uma apresentação do ID-CRAS e gostaríamos de  
139 separar. Primeiro poderíamos deliberar em plenária o indicativo de aprovação da prestação de  
140 contas do segundo trimestre e depois nós tivemos outro encaminhamento dentro ainda logo  
141 depois da apresentação de contas que foi a apresentação do ID-CRAS para apreciação dos  
142 conselheiros na próxima plenária e ainda tivemos apresentação do ID-CRAS regional para  
143 todos os conselheiros que foram participar das conferencias regionais. Então este foi o  
144 encaminhamento da comissão que nós tivemos antes de entrar no demonstrativo sintético.  
145 Vamos por etapa. JUANITA – Andréa desculpa eu estava conversando sobre a água e não  
146 entendi o encaminhamento. Solicitar apresentação na próxima plenária. ANDRÉA - primeiro  
147 nós fechamos aqui a prestação de contas e indicativo de aprovação. Segundo dois  
148 encaminhamentos. O encaminhamento é apresentação do ID-CRAS para a próxima plenária  
149 para todos os conselheiros e que a SEDESE/SUBAS providencie para todos os conselheiros  
150 que vão participar das conferencias regionais o ID-CRAS de acordo com a regional que ele for  
151 participar. JUANITA – para o conselheiro apresentar na conferência. ANDRÉA – Isso, por  
152 exemplo. Sabemos que segunda-feira agora tem Montes Claros. A que estiver e levar os  
153 indicadores do ID-CRAS da regional para ser apresentada na conferência. JUANITA – e o  
154 conselheiro da conta de trabalhar com os delegados a estratificação dos dados do ID?  
155 ANDRÉA - Essa então é uma pergunta que eu abro a todos os presentes na reunião. JUANITA  
156 – porque ai não seria demonstrar tem que demonstrar e fazer a leitura das variáveis. JOÃO  
157 ADEMAR – estava na comissão ontem e talvez, eu sugiro se for aceito primeiro encerrar a  
158 parte de prestação de contas do segundo trimestre e ai ao entrar neste ponto entrar nessa  
159 questão do índice. Porque tivemos uma discussão muito interessante pelos conselheiros  
160 presentes que é a seguinte. Não é jogar fora a criança com o balde. O que está sendo feito os

161 valores, ensejam muito esforços, só que ainda dando um passo para frente. O Sérgio pode  
162 ajudar também, mas os índices evidentemente em nível de melhora é bom reconhecer isso. de  
163 2010, 2011 e 2012 percebe-se que há uma fragilidade muito grande ainda. Percebe-se que ao  
164 ir na discussão regional de alguma forma levar isso mostrar onde está a fragilidade disso e  
165 onde se deve trabalhar. Percebe-se que essa é a intenção, ou seja, é ao ir à regional poder  
166 dizer e não deixar a discussão no genérico e perguntar está bom! Mas pode melhorar e deve  
167 melhor. Este é o lema. SÉRGIO – Nós achamos muito interessante que os indicadores porque  
168 se traz um diagnóstico da região. Não sei se seríamos capaz de fazer uma leitura dos sub-  
169 índices desses indicadores. Se não, pelo que foi entendido na reunião de ontem isso não é  
170 complicado. Não é o caso de aprofundamento e dizer o que compõe o índice e falar o que  
171 compõe esse índice ao longo do tempo. Porque daria um diagnóstico nas conferências  
172 regionais. Achamos que seria rico incorporar isso nas conferências regionais daquela região.  
173 Ela trouxe os indicadores ontem e achamos muito interessante, um indicador para entender a  
174 situação do Estado com relação ao ID-CRAS, sendo pensado na fragmentação por região. Eu  
175 inclusive perguntei a ela e falou sinteticamente que colore os componentes dos indicadores e  
176 não achei que tinha nada complicado, mas vocês conhecem e pode ter alguma coisa. JUANITA  
177 – na verdade não é uma questão de complicação, não, conselheiros. Tem que ser pauta deste  
178 conselho realmente, mas sim o foco do controle social, no sentido de chamar a atenção dos  
179 conselheiros municipais olha aqui como está à fragilidade e de que forma o conselho vai  
180 fiscalizar e fazer com que estes indicadores melhorem o desenvolvimento inclusive do serviço  
181 do equipamento lá. Entretanto eu não sei se na conferência regional, como faríamos isso,  
182 porque a questão dos dados e para fazer a demonstração e para apresentar, pois estamos  
183 com conselheiros das regiões que seria interessante também eu acredito. Entretanto, as  
184 coisas, muito em cima da hora, podemos pegar em não fazer alguma coisa boa e não com  
185 qualidade. SÉRGIO – ok, é uma questão operacional. JUANITA – não de forma nenhuma, isso  
186 é muito tranquilo a SEDESE encaminhar por CEAS os ID'S por região. Eu só fico preocupada  
187 porque a conferência e o conselheiro Volney e os conselheiros que já estão indo nas  
188 conferências regionais o tempo é curto e a dinâmica da pré-conferência é muito rápida, não sei  
189 se seria uma opção. Eu deixo para a plenária para uma discussão e a Roberta está inscrita.  
190 ROBERTA – eu acredito Sérgio que é até uma outra discussão. Eu acho que é inapropriado  
191 uma discussão dessa na conferência regional, primeiro que a conferência ela tem que ser um  
192 ápice de mobilização. Então temos que tomar cuidado quando divulga indicador, socializa  
193 dados de um município ou região se não tivermos tempo suficiente para compreensão dos  
194 processos de indicadores, porque nós não podemos fazer uma analogia simples por exemplo.  
195 Você está fazendo um investimento x e o indicador está y. Isso é perigoso, porque todo o  
196 processo de indicador do ID-CRAS quando você pega as variáveis dele você vê que tem muita  
197 coisa a ver e o maior problema é de recursos humanos. O maior problema é recursos  
198 humanos. Se considerar que este ano é um ano de gestão nova para os municípios o ano  
199 passado. Os municípios não responderam o censo SUAS onde é colocado o indicador. Os  
200 municípios estavam em plena campanha eleitoral. Tudo isso interfere no processo de

201 implantação do SUAS. Então eu acho que é um tema que se não tiver habilidade para  
202 trabalhar, você ao invés de mobilizar para o SUAS, você desmobiliza para o SUAS. Do ponto  
203 de vista nacional é um indicador que tem que avançar muito. Então por isso tem que ser  
204 trabalho com tempo e compreensão. Entender processo, sendo como JUANITA diz. A agenda  
205 da regional já está toda trabalhada e segundo é um entendimento que a gente espera desse  
206 encontro regional é mais um processo para a mobilização regional do que uma avaliação de  
207 indicador. É risco trabalhar com isso. Penso que nós temos que ser tema desse conselho.  
208 Matéria para discutir na URCMAS. É um bom tema para discutir nas URCMAS entendeu?  
209 Como as URCMAS toma por exemplo conhecimento do ID-CRAS do ponto de vista regional,  
210 dos municípios, como podem discutir estratégia do controle social para melhorar estes  
211 indicadores, porque se não ele ao invés de trabalharmos de forma positiva, eu tenho muito  
212 medo disso. SÉRGIO – aliás este indicativo foi da região ampliada, não foi só da comissão.  
213 Porque entendemos que é uma discussão rica. Porque o indicador trás uma realidade, e o que  
214 eu entendi na reunião, apesar de ser um conselheiro novo. Os conselheiros desconheciam  
215 essa realidade. E na verdade o indicador trás a realidade, lógico com envasamento que você  
216 tem aí das coisas que a Roberta colocou. Entendo claramente a dificuldade de se levar isso  
217 açodadamente para as conferências regionais, no caso da gente não ter aprofundado aqui e o  
218 conselheiro não ter. JUANITA – eu acho Sérgio e também acho uma outra situação que a  
219 Roberta falou a conferencia tem foco na proteção especial e na regionalização, então estamos  
220 trabalhando tanto o órgão gestor quanto o CEAS nessa questão da proteção especial. O  
221 indicador mostra a questão da básica. Ainda não temos o indicador da proteção social. Temos  
222 o indicador da básica e da gestão financeira. Este tema do índice de desenvolvimento tem que  
223 ser pautado no CEAS mesmo, pra conseguir compreender, porque penso eu que todo o lugar  
224 que for conversar com conselho municipal. Temos que espalhar os indicadores. Anália.  
225 ANÁLIA – bom dia a todos! Este tema dos indicadores é de muita relevância. Se nós não  
226 compreendermos e incorporamos estes indicadores com o avanço do SUAS nós não vamos  
227 sair do lugar. Então se ele não for trabalhado nas conferências regionais, na conferencia  
228 estadual creio que precisaremos de um espaço para compreender que nós precisamos ter  
229 estrutura, RH, atividades, que atividades nós ofertamos, porque nós temos um eixo que é a  
230 gestão de benefícios, programas e serviços. Um dos eixos. Como vamos qualificar a gestão se  
231 não tivermos apropriarmos da importância dos indicadores. Precisamos rever e não da forma  
232 que seria negativo, demonstrando que nós não avançamos. Avançamos sim, avançamos  
233 bastante. Participando das conferencias municipais, teve município que fui pela terceira vez,  
234 vimos o quanto já avançou. Usuário participando. Muitas coisas estão diferentes. Os prefeitos  
235 participando, ouvindo as palestras. Eu não deixei de falar em indicador não. Falei mesmo,  
236 porque se não eles não vão aperfeiçoar. É a mesma coisa do pacto de aprimoramento. Quando  
237 recebemos as metas, aquilo é meta mínima. Eu acho que temos que estabelecer meta mínima  
238 e não atingir aquilo ali. JUANITA – como hoje nós vamos ter a pauta que foi solicitada pra estes  
239 conselhos conhecer o pacto para os municípios, como ele fechado e os municípios irão fechar  
240 no sistema. Eu penso que os indicadores são também necessários ao conselho. Primeiro para

241 conhecer e incorporar para no segundo momento fazer a discussão nos conselhos municipais  
242 de assistência social, ai a minha sugestão. É conselheiro Marcelo. MARCELO – ontem nós  
243 fizemos essa discussão e lá todos nós partimos por este caminho de levar isso para a regional.  
244 Mas considerando tudo que já foi falado. De fato lá não seria o espaço adequado, mas eu fico  
245 pensando. A população não pode ficar sem saber o que está acontecendo. Os conselheiros de  
246 municípios, não podem ficar sem saber o que está acontecendo, porque são eles que vão  
247 fiscalizar lá na ponta. Eles que irão verificar como estão de fato e verdadeiramente os CRAS.  
248 Se na regional não é possível, na estadual é para que como legítimo espaço de discussão da  
249 construção da política de assistência social. Então não sei se esta apresentação sairia pelo  
250 controle social ou pela gestão. Para demonstrar como está a realidade dos CRAS no Estado.  
251 Porque se vamos a alguns lugares e em alguns espaços que vamos o ministério diz que está  
252 bom e tudo bem. Mas a temos vistos que não está. Foi à discussão que fizemos. Os delegados  
253 da conferência Estadual tem que conhecer penso eu. JUANITA – ai eu farei mais uma correção  
254 Marcelo, todos os conselheiros tem acesso. Porque Censo, quem declara a informação é o  
255 gestor, mas quem delibera sobre aquelas informações no censo. Então se vocês entrarem com  
256 a senha no conselho estadual no censo SUAS vocês conseguem todas as informações que a  
257 Isabela trouxe ontem. E cada conselho municipal também tem acesso com senha e *login*.  
258 Agora eu compreendo a questão da informação. De disseminar a informação inclusive é uma  
259 das competências da vigilância sócio-assistencial e com certeza isso estará na conferência  
260 estadual, entretanto o nosso receio como a Roberta falou é a forma de como colocar essas  
261 informações, principalmente do Censo do CRAS que iniciou em 2007 e esse de 2011 tivemos  
262 avanço sim. É claro que não estamos onde gostaríamos de está, mas foi o que foi possível  
263 chegar até este momento, com todos os dificultadores que conhecemos do SUAS, então o  
264 nosso receio é somente este. É importante conversar com os conselhos municipais, sim!  
265 Porque é a materialização do SUAS no município e do que está acontecendo lá. João Ademar.  
266 MARCELO – como a senhora falou de mim, gostaria de retornar só para é continuar  
267 corroborando a necessidade da fala na conferencia estadual. Essa discussão que você  
268 apresentou agora, nós também a fizemos ontem nas comissões e de fato houve vários  
269 avanços como concordamos e na hora da apresentação seja do controle social, seja da gestão,  
270 que faça essa fala. Avanços houve e que foram visíveis, mas precisamos mudar ainda muito  
271 mais. JUANITA – só lembrando também que a NOB 2012, veio com esse viés para aperfeiçoar  
272 o SUAS. JOÃO ADEMAR – questão de ordem ou sequência, entramos no ponto e somos muito  
273 prolixos e acabamos discutindo. A questão da ANDRÉA era primeira liquidar a prestação de  
274 contas do primeiro trimestre e aí entrar no ID-CRAS. JUANITA – é porque ela deu  
275 encaminhamento né! Na hora que ela finalizou ela deu indicativo para aprovar e ela deu os dois  
276 encaminhamentos. ANDRÉA – é porque eu tinha invertido, foi muito tumultuado. Acho que a  
277 gente é questão de ordem se a gente quiser votar, fechar a prestação de contas. JUANITA – já  
278 que fizemos a discussão eu penso que devemos fechar a questão do ID-CRAS. JOÃO  
279 ADEMAR – para ajudar a fechar ou abrir. Então isso que falávamos ontem, por isso eu  
280 pontuava em não jogar a criança fora, acho que isso é bom pautar. A questão não é falar o A

281 não faz o B está esculhambando, acho que todos os pontos mostram que está caminhando  
282 tem CRAS em quase todos os municípios, só que isso não basta. O que falávamos ou os  
283 dados do censo mostravam. 447 num universo de 1000 e tantos têm problemas então está  
284 ruim. Então qual a categoria que estão. Tem 4 componentes e subcomponentes. Tive que  
285 aprender na vida para estudar estatística. Quais são os pilares, é RH, é espaço é precariedade  
286 de acesso. Parece-me que de fato que isso aponta para um pulo qualitativo. Às vezes quem  
287 fala de Brasília, não havendo nenhuma colocação ideológica, mas quem fala de lá, parece que  
288 está tudo tranqüilo. Não é suficiente, lá na ponta, não é estado é ente federado o índice indica  
289 que não é bem isso. e os que andamos em maior ou menor grau, percebe-se que há  
290 fragilidade seja do conselho seja do. Foi isso que nós quisemos ontem abordar a questão do  
291 índice e não discutir o índice. Trazer essa conversa para avançar. E achei importante dizer  
292 isso. Caminhou-se, mas há uma para não. Eu sou testemunha de vez em quando, não se  
293 vocês escutam. Têm muitas pessoas que infelizmente, formadoras de opinião. Conferência não  
294 muda e vai se repetindo e não podemos concordar com isso. Não podemos concordar que as  
295 conferencias são apenas para cumprir. Elas são um momento, mas parece importante sob o  
296 ponto de vista de caminharmos na qualificação de caminharmos naquilo que é desafio, ideal.  
297 Não podemos abrir mão do ideal, mas isso é um desafio. Tem que saber qual o ideal que se  
298 quer chegar para podermos ir caminhando. JUANITA – temos dois inscritos Roberta e Júlio,  
299 encerramos a inscrição e depois eu dou o encaminhamento. ROBERTA – é eu continuo  
300 defendendo essa proposta talvez assim e deixar bem claro que queremos omitir informação  
301 sobre indicador. Não é isso não, por exemplo, quando a JUANITA fala que a tema que se vai  
302 tratar na conferencia, obviamente ela vai levar a isso. Ela vai levar a esses apontamos. Agora,  
303 quando se trabalha com indicador se mensura. Dizer que vamos apresentar ID-CRAS de Minas  
304 Gerais, é necessário mensurar dados que são quantitativos, isso é inegável. Se for discutido do  
305 ponto de vista que discutimos aqui, há um consenso geral. O que estou dizendo é que numa  
306 conferencia você trabalhar com dados, e quem compreende o processo de implantação do  
307 SUAS sabe que são dados, que eles do ponto de vista do ápice de uma conferencia que onde  
308 se pretende uma mobilização da sociedade, dos conselheiros, de todos os atores, para  
309 defender a política pública, as pessoas não vão entender que da mesma forma que você fala  
310 de política pública, você pode falar que você tem meio copo de água e você tem um copo  
311 vazio. Depende da forma com as pessoas vão compreender isso aí. E aí é que eu digo a  
312 dificuldade de você trabalhar uma temática dessa. Nós vamos trabalhar ID-CRAS na  
313 conferencia. Se for ter esse tema é trabalhar o índice mesmo com todas as suas variáveis e  
314 dizer qual é o indicador, qual é o quantitativo. E nós sabemos que não é uma realidade. E  
315 quando fazemos uma discussão do âmbito nacional o que percebemos é uma mobilização do  
316 ponto de vista nacional, porque precisamos ganhar atores e agregados para a conferência da  
317 política porque lutamos muito. E quando se apresenta quadros negativos, que são de gestão,  
318 num momento desse, nós temos muito inimigos de tudo, do ponto de vista de orçamento, de  
319 controle interno, de secretaria federal de controle. Essas coisas não podem ser publicisadas de  
320 forma que não consiga ter tempo para trabalhar estratégias de processo e apontar como se



321 supera estes indicadores. Isso é muito perigoso. Fica um debate, uma discussão sem norte  
322 para saber se está bom ou ruim. Entendo que indicador seja apresentado na compreensão de  
323 processo como chegaram até aqui e o que há do ponto de vista de planejamento para operar  
324 as questões. Se isso posto for compreendido e tiver tempo é extremamente rico, agora se não  
325 for não tenho duvida que é uma informação que do ponto de vista de uma conferência de  
326 mobilização ele pode ser perigoso. Para capacitação sem duvida nenhuma, para outra  
327 discussão mais técnica de gestão de controle social com os conselheiros. Passar para os  
328 conselheiros que acessam as senhas como a JUANITA colocou. Como acessam, como tomam  
329 conhecimento dos dados do SUAS. Isso tudo é avaliação de capacitação. Isso é tema de  
330 capacitação. Agora temos que tomar cuidado de levantarmos bandeira dentro da conferência,  
331 que ao invés de mobilizar todos os atores, podemos desmobilizar. JÚLIO – ontem foi  
332 apresentado o ID-CRAS, bom dia! A minha análise é a seguinte parece que existe muito CRAS  
333 aberto, sendo preocupante que o recurso mais complicado é de recursos humanos e nós  
334 sabemos que qualquer ação que pode ser desenvolvida depende de recursos humanos. Então  
335 isso é grave. Por outro lado ID-CRAS não pode ser uma novidade para nós conselheiros, tendo  
336 em vista que no ultimo slide preparado por essa secretaria para as conferências municipais já é  
337 havia o tema ID-CRAS, Então seria só um aprofundamento do tema... Então isso não é uma  
338 novidade para nós conselheiros. MARCELO – bom, encerradas as inscrições a nossa  
339 presidente teve que dá uma saída e nós estamos no encaminhamento destas propostas,  
340 parece-me que já está pacifico que nas regionais nós não vamos tratar deste tema. A  
341 discussão desse tema seria para levar essa proposta de fala de uma forma bem didática de  
342 modo que não cause aquilo que Roberta apresentou aqui atrás e que a gestão faça essa  
343 apresentação durante a conferência estadual. Pode ser este encaminhamento, não sei se a  
344 presidente ta chegando se ela teria. Tá certo, podemos fazer este encaminhamento.  
345 Conselheiros então favoráveis a esta proposta, por favor, se manifestem. Ok então aprovado. É  
346 tem outro encaminhamento da sua comissão Andréa. ANDRÉA – aprovação da prestação de  
347 contas Marcelo. MARCELO – Então conselheiros favoráveis à prestação de contas se  
348 manifestem, por favor. Então aprovado a prestação de contas. ANDRÉA – próximo ponto da  
349 comissão é a deliberação do demonstrativo sintético do SUAS web do exercício de 2012. Vou  
350 apresentar para vocês a síntese da proteção social básica, foi deposito o recurso do  
351 capacitaSUAS no fechar do ano de 2012, dia 31/12. Então esse recurso esta em conta  
352 R\$1.558.918,00 e foi colocado pela Isabela que é um recurso que será reprogramado para a  
353 capacitaSUAS e que apresentou e que será feito um convenio com universidades para este fin.  
354 Na proteção social especial, nós temos um saldo para ser reprogramado de R\$26.508,00  
355 media complexidade e para alta complexidade nós temos um saldo para reprogramar de  
356 R\$909.000,00. Dentro da gestão do IGD bolsa família, nós temos um saldo que já apresentei  
357 em cima de R\$1.559.000,00 que já foi apresentado neste conselho à reprogramação, para a  
358 gestão do IGD SUAS o saldo a reprogramar no exercício seguinte paro ano de 2013 foi de  
359 R\$1.215.000,00 retroativo no comentário do gestor foi colocado que o recurso apresentado ele  
360 não foi gasto porque foi depositado em cima da hora e não deu para a gestão programar ele

361 em cima do orçamento. E diante de todas as apresentações elaboradas pela SUBAS a  
362 comissão tem o indicativo de também aprovação deste demonstrativo do SUAS. JUANITA –  
363 em discussão senhores nós estamos no demonstrativo de 2012 só para aprovação. Aprovado.  
364 ANDRÉA – a comissão de orçamento fechou suas deliberações e encaminhamentos ok!  
365 JUANITA – é vamos retornar. SÉRGIO – foi uma coisa que não foi discutida na comissão, mas  
366 tem haver seria na verdade que o orçamento de 2014 passasse aqui pelo conselho pelas  
367 informações que a gente teve ele estaria chegando de agosto a setembro e que ainda não teve  
368 acesso. Nós sabemos da situação econômica do país e que terá restrições orçamentárias  
369 provavelmente e que saísse o indicativo dessa comissão para que tenhamos acesso a peça  
370 orçamentária de 2014 ok. JUANITA – isso é pauta da comissão de orçamento, me parece que  
371 a comissão de orçamento já encaminhou uma agenda. Tem uma agenda que o CEAS me  
372 enviou para encaminhar o orçamento e a data é agora em Setembro. Só para lembrar a  
373 comissão de orçamento. Então a proposta virá para a próxima plenária. Bom chegou a nossa  
374 nova conselheira Fabiana Nunes Gonçalves Rios é da inspetoria São João Bosco em  
375 substituição à nossa conselheira Cristiane. Gostaria de desejar boas vindas à inspetoria  
376 sempre contribuiu muito e ajudou-nos. Vamos convidar a Cristiane para depois dá um até logo  
377 para ela, pois ela está ausente mesmo, mas desejar a você boas vindas e que você contribuía  
378 e nós ajude a contribuir para o orçamento do SUAS se considere empossada conselheira  
379 Estadual. FABIANA – obrigada e espero contribuir sei que a Cristiane fez uma excelente  
380 gestão e vamos lá para os desafios. JUANITA – bom retornando à nossa pauta, nós vamos  
381 passar para o pacto de orçamento de gestão. Como foi deliberado na última mesa diretora,  
382 apresentar o pacto que vai ser assinado com os municípios no âmbito do SUAS, vai ser a nova  
383 metodologia de permanência de gestão no âmbito da assistência. Esse tema para conselho de  
384 assistência social é de extrema importância, porque agora a fiscalização do SUAS tem que  
385 focar com esse pacto. O pacto ele veio é com foco na norma operacional básica do SUAS.  
386 Nesse período de implantação do sistema, foi identificada a fragilidade do CPS do SUAS. Que  
387 é o conselho, o plano e o fundo. De uma forma bastante sintética identificou-se que nestes 8  
388 (oito) anos de implantação do SUAS os conselhos estão frágeis. Eles estão implantados, mas  
389 eles não estão em funcionamento. Eles foram implantados pela questão da legalidade que tem  
390 que implantar, mas não estão na lógica que tem que funcionar o controle social, na mesma  
391 forma é o planejamento que é o p do CPS. Os municípios tem o plano de assistência social,  
392 mas ele não condiz com a realidade, ele não é um plano factível, mas é um instrumento de  
393 gaveta. Ele não materializa o planejamento do município de assistência social. Na mesma  
394 forma que o fundo foi criado por lei em todos os municípios tem, mas ele também é frágil. Ele  
395 não funciona como deveria funcionar. Ele não é uma unidade orçamentária, o gestor do fundo  
396 não é o secretário municipal de assistência. O conselho não aprova o orçamento do município,  
397 não aprova a prestação de contas. Todas essas fragilidades foram identificadas neste percurso  
398 do sistema único. O co-financiamento obrigatório, como não temos gestão de receita apesar do  
399 financiamento ser obrigatório que é o parágrafo único do artigo 30, percebe-se ainda a  
400 fragilidade com isso veio o pacto de aprimoramento de gestão. Com o objetivo de fortalecer o

401 CPF e avançar no sistema. Então de uma forma um acordo que vai ser feito entre os entes. É  
402 federal, estadual e municipal. Já existe o pacto no âmbito do estado com o governo federal que  
403 vocês conhecem aprovaram já o segundo do estado e no âmbito do município será o primeiro.  
404 Terá o objetivo de fazer ajustes no sistema local, considerando as novas normativas do SUAS  
405 e como todos nós sabemos o SUAS ele foi instituído obrigatoriamente para todos os entes de  
406 uma forma única com o modelo de gestão entretanto que nesses 8 anos percebe-se ainda que  
407 os municípios não estão trabalhando nesta lógica única. Principalmente na questão da  
408 hierarquização, na questão de atendimentos que foram falados aqui hoje e Então estes pactos  
409 veem tirar essas lacunas é que o sistema num processo normal, nestes 8 anos não  
410 conseguiram avançar. Não avançou muito, mas agora é a hora é um momento de  
411 aprimoramento. Então o pacto trabalha os eixos estruturantes do SUAS que são: a gestão, o  
412 controle social, a proteção social básica e a proteção social especial. Existe a prioridade destes  
413 4 eixos estruturantes. A arquitetura do pacto ele foi formalizado com 4 eixos dentro de cada  
414 eixo tem o numero x de ações e o numero x de metas muitas vezes as metas coincidem com  
415 as ações e muitas vezes as metas e outras vezes as metas são maiores. Quais as providências  
416 que vão tecer nesse processo pós pactuação na NOB 2013 no município. O município já  
417 conhece o pacto, ele vai ter que planejar suas ações para fazer o pacto com o sistema. Porque  
418 ele precisa planejar? Porque estamos em período do plano plurianual de ação governamental.  
419 O que for ocasionar impacto financeiro no município. JUANITA - Dentro do pacto para a  
420 deliberação do conselho então é aquilo que nós falamos, tudo que o gestor faz o conselho  
421 conhece, então não existe esta desinformação. O conselho delibera por meio da resolução, o  
422 pacto vai ser formalizado por um sistema, por uma ferramenta do SUAS e a perspectiva é que  
423 ele seja lançado na conferência nacional. Agora entrando nas metas: as metas para gestão do  
424 SUAS, que é onde haverá o impacto financeiro para o Município. Ademais as ações são  
425 apenas uma lógica organizativa. Na prioridade da gestão são três ações: Ação 1 -  
426 Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam no serviço sócio assistencial  
427 e na gestão. E a meta é atingir um percentual mínimo de 60% de trabalhadores do SUAS de  
428 nível superior e médio com vínculo de servidor. Isso significa que os municípios têm um prazo  
429 de quatro anos para fazer o concurso público. 60% das equipes de referência terão que ser de  
430 concursados. Isso é uma garantia de melhora de indicador de CRAS no índice de recursos  
431 humanos. Ação 2 - Estruturação das Secretarias Municipais, com formalização de áreas  
432 essenciais. Este é o capítulo da norma RH, vocês lembram que nós já trabalhamos com ele na  
433 preparatória para as conferências regionais. Isso significa que todos os 853 Municípios, neste  
434 primeiro momento será município de grande porte e metrópole, terá que ser sua estrutura do  
435 órgão gestor conforme as normativas do SUAS. Tem que ter gerência de proteção básica,  
436 proteção especial, de apoio às instâncias de articulação e deliberação, gestão de benefício,  
437 gestão do fundo; é o que a NOB fala. O pacto estará pactuando primeiramente neste momento,  
438 para os municípios de grande porte e metrópole, terá que ser esta estrutura de acordo com a  
439 NOB/RH. Ação 3 – Adequar a legislação municipal à legislação do SUAS. O CEAS, nas  
440 oficinas de trabalho que fizemos com as URCMAS, nós já fechamos esta ação para as

441 URCMAS se empoderarem no sentido dos municípios se adequarem à sua legislação. Isso  
442 significa que os municípios tem que ter a sua lei que implante a Política Municipal de  
443 Assistência Social, a sua lei de conselho com paridade excluindo o nome das entidades da lei,  
444 a lei de criação do fundo, o seu ordenador de despesas e o secretário municipal de assistência.  
445 Então para esta ação 100% dos municípios tem que ter suas normativas municipais atendendo  
446 as normativas do SUAS. Então esta tela que é a prioridade de gestão é a que mais do impacto  
447 financeiro no município, principalmente no que diz respeito á concurso público, e a organização  
448 da arquitetura da secretaria municipal de assistência social. Está claro, para todos os senhores  
449 conselheiros? Saímos então das metas da gestão e vamos para a prioridade do conselho. Na  
450 prioridade do conselho teremos 2 ações: Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores  
451 nos conselhos municipais de assistência social. A meta é atingir 100% dos conselhos com  
452 representação da sociedade civil composta dos representantes dos usuários e dos  
453 trabalhadores do SUAS. Regularizar o conselho municipal como instância de controle social do  
454 programa Bolsa Família. Atingir 100% dos conselhos municipais como instância de controle  
455 social do programa Bolsa Família. Voltando na questão do programa bolsa família, vocês  
456 sabem que isso foi um equívoco instituído pela própria lei do programa bolsa família. A lei fala  
457 que o município tinha que instituir uma instância de controle social, e não falou que era o  
458 SUAS. Então os municípios, em Minas Gerais, 45% dos municípios tem instância própria, que  
459 é outra instância que não o conselho municipal de assistência que faz o controle social do  
460 Bolsa Família. Isso gera problemas porque os recursos do Bolsa Família são acreditados no  
461 fundo municipal e que libera este recurso é o conselho municipal. Com isso foi criada uma  
462 meta, e a lei do programa Bolsa Família não precisa ser alterada porque nela fala da instituição  
463 de instância de controle social e não fala qual é a instância, portanto subentende-se que pode  
464 ser inclusive o conselho municipal de assistência social. Está claro para todos as metas da  
465 gestão do conselho? Pode prosseguir. Proteção social básica: O pacto, o que vai acordar com  
466 os municípios. São quatro ações e quatro metas. Acompanhamento das famílias pelo PAIF: a  
467 meta é atingir uma taxa de acompanhamento pelo PAIF das famílias cadastradas no CAD  
468 único de 15% para os municípios de pequeno porte 1 e 10% para os demais municípios. Isso  
469 força o município de uma certa forma a fazer a busca ativa das famílias que estão cadastradas  
470 no CAD único que é público do PAIF ainda não estão sendo atendidas. A outra ação  
471 acompanhamento pelo PAIF das famílias com membro beneficiário do BPC, também a mesma  
472 lógica, atingir uma taxa de acompanhamento de 25% para municípios de pequeno porte 1, e  
473 10% para os demais portes. É notório, se abrirmos a base de dados do CAD único e dos  
474 atendimentos declarados pelo município no relatório mensal de atendimentos dos sistemas  
475 SUAS, você não identifica o NIS dos beneficiários do BPC pela equipe do PAIF. Então isso é  
476 um objetivo de buscar, considerando que a vulnerabilidade da idade é uma prioridade para o  
477 atendimento na proteção básica, na proteção especial. A outra ação é cadastramento das  
478 famílias com beneficiários do BPC no CAD único, sendo que os municípios terão que atender  
479 essa meta, o município de pequeno porte 1 terá que atender a meta de 70% e de porte 2  
480 também 70%, de médio porte 60%, grande porte também, metrópole 50%. Ou seja, se o

481 município tem mil beneficiários do BPC, o município de metrópole Belo Horizonte tem que  
482 incluir 500 beneficiários no CAD único cadastrados. Isso está de certa forma induzindo o  
483 município a fazer a busca ativa do público prioritário para o atendimento. Acompanhamento  
484 pelo PAIF (fala ao fundo)... Microfone para a Anália, por favor. ANÁLIA – Apenas dando um  
485 exemplo prático do município no estabelecimento de estratégias. O município de Campo Belo  
486 estabeleceu que nós queremos 100% dos beneficiários do BPC no CAD único, e nós já  
487 possuímos 82% se não me engano. Como estamos trabalhando para isso? Nenhum  
488 beneficiário protocola no INSS, porque nós temos um acordo no INSS, que para protocolar ele  
489 passa pela assistência social, pois se ele está em uma situação vulnerável, com renda inferior  
490 a ¼ do salário mínimo, nós temos que acompanhar esta família, então lá não protocola sem um  
491 relatório do setor de benefícios. E o setor de benefícios não encaminha mais, por que  
492 encaminhava, se a família não estiver no cadastro único. E também o INSS nos dá um retorno  
493 dos que foram protocolados e que realmente conseguiram o BPC ou não. Desses nós  
494 solicitamos a presença deles para a atualização do cadastro. Eu acredito que com esta  
495 estratégia chegaremos aos 100% no município de médio porte. JUANITA – E a quarta e última  
496 meta da proteção social básica é o acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do  
497 programa Bolsa Família, que apresentam outras vulnerabilidades sociais para além da  
498 insuficiência de renda. A meta é inserir 15% para municípios de pequeno porte 1, e 10% para  
499 os demais portes e das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Como eu falei, naquela  
500 discussão do ID-CRAS, agente percebe que este pacto tem uma tendência a melhorar os  
501 indicadores. Por exemplo: o indicador do estado e gestão do Bolsa Família é 0,58 se não me  
502 engano, não corrigindo é 0,68. É um indicador fraco. Por quê? Quando nós vamos estratificar o  
503 indicador, a maioria das famílias que não cumpre as condições, não é acompanhada pelo  
504 PAIF, então os indicadores do estado refletem os indicadores do município, sendo este um  
505 indicador que vem melhorar este desenvolvimento. Conselheira Roberta. ROBERTA – Eu fico  
506 um pouco preocupada quando estabelece um percentual de uma proposta que estamos  
507 implantando no SUAS de perspectivas de ser universal. Isso me preocupa muito porque do  
508 ponto de vista do município, ele trabalha com números, ele fala 10%, se ele chegar a 100%  
509 para ele ponto. Do ponto de vista do que ele tem de universo, quer dizer, e claro que é  
510 compreensível porque se disser que estamos implantando o SUAS agora, o PAIF trabalha no  
511 CRAS, o município não tem o CRAS suficiente, mas para estabelecermos como pacto, por  
512 exemplo, quando a Anália fala assim, nós estabelecemos 100%, do ponto de vista de política  
513 pública, o universo tem que ser 100%. Mas você pode estipular como meta um mínimo  
514 razoável. Você fala assim que o município de porte 1 ele 10%. Se 10% corresponde a 50  
515 famílias tudo bem, se ele alcançar 50 famílias dentro do pacto fechou (fala ao fundo) sendo que  
516 do ponto de vista da obrigatoriedade do trabalho e da proteção é 100%, quer dizer, o que você  
517 faz é estipular um mínimo a ser alcançado, um patamar considerando no ponto que você está  
518 de implantação do sistema e você estipula 4 anos para galgar a 100%. Você já imaginou isso  
519 no SUS, por exemplo, se você estipula que a Unidade Básica de Saúde vai atender 10%, isso  
520 não da certo, inclusive você pode se organizar para atender apenas esses 10%, por que do

521 ponto de vista da assistência nós temos esta fragilidade para você discutir isso com as  
522 prefeituras. Ele tende a fazer o mínimo do mínimo. Se você estabelece isso e não tem... a  
523 minha pergunta é essa que é uma das coisas que a gente sempre trabalhou do ponto de vista  
524 do PET, por exemplo, você falava assim: “então, você vai atender tantos. Sua meta é tantos.” E  
525 agora se passou disso aí e como é que fica o fenômeno dessa questão da Proteção Especial  
526 quando o menino é violado? Quer dizer, nessa perspectiva aí, eu sinceramente, assim, eu não  
527 sei por onde passou essa discussão. Que quando você pega do ponto de vista da ação, ela  
528 está correta. Né!? Você vê o eixo. Não dá é para você estabelecer um percentual sem pensar,  
529 nos 100% ou pelo menos graduar ou pelo menos colocar mínimo ali, porque eu não posso falar  
530 de atender Proteção no PAIF 10% de família. Entendeu? Isso tem que está claro para a gente.  
531 JUANITA – Só no sentido de contribuir com a discussão, a questão é a seguinte. Em um  
532 município pequeno, a capacidade de atendimento do CRAS é de 500 famílias/ano  
533 acompanhadas, dessas 500 famílias, com a implantação do relatório de atendimento mensal  
534 que o município insere todo mês às famílias atendidas no PAIF, filtrou-se no sistema que o  
535 público prioritário para estar no CRAS não está. Então com esta meta de percentual, busca  
536 incluir neste patamar de prioridade de atendimento o mínimo possível do público prioritário. Por  
537 exemplo, estrategicamente como a Anália falou, no município dela decidiram por 100%. O  
538 município tende a pegar na linha do que está falando. (fala ao fundo) Ali esta 15%, porque no  
539 relatório foi identificado menos que 3% do público prioritário sendo atendido pelo PAIF. Por  
540 exemplo Campo Belo, ela tem que atender 500 famílias, ela mostrou no relatório pelo NIS  
541 menos de 3% das famílias prioritárias estão dentre os 500. Então ela vai continuar nos 500  
542 entretanto ela vai ter que aumentar este percentual dos prioritários. Rosilene. ROSILENE – Eu  
543 concordo com a Roberta, acho muito complicado, e minha preocupação também é com os  
544 trabalhadores. Quando colocam 60%, eu também entendo que deveria ser 100%, desta  
545 questão gradual. Acho que os resultados destes acompanhamentos, o resultado do relatório  
546 mensal vai muito de quem está no CRAS, quem está nos serviços, a rotatividade destes  
547 profissionais gera dúvida nestes relatórios mensais. Eu falo isso devido ao município que eu  
548 trabalho, Montes Claros, de grande porte, e lá ocorre uma rotatividade muito grande. O  
549 profissional sai quando ele começa a aprender e entender como é o serviço. A pouco tempo  
550 tivemos um ganho muito positivo em Montes Claros que foi um processo seletivo, que teve  
551 uma articulação política onde o Ministério público enviou um ofício para o prefeito, pois havia  
552 um concurso vigente, e agora foram chamados os candidatos pela lista do concurso, agora  
553 estamos trabalhando para nomear, o prefeito irá nomear a equipe de referência do serviço.  
554 Isso gera uma credibilidade e um fortalecimento do serviço, por que da forma que está é  
555 complicado. Tem um numero grande de atendimento, mas o público prioritário não está sendo  
556 acompanhado. Mesmo não estando na lei essa questão de ter o estudo social, quando você  
557 faz a visita, faz o acompanhamento desse requerente isso qualifica e garante os direitos  
558 sociais. JUANITA – Conselheiro Sérgio. SÉRGIO – Vou fazer uma diferenciação conceitual  
559 aqui. Primeiramente, é lógico que a nível de políticas públicas a meta é 100%, isso está no  
560 marco regulatório da política, agora gestão pública é outra coisa. Eu acho que esta é a

561 ingenuidade das políticas públicas sociais. Achar que você trabalha gestão enquanto política.  
562 Na verdade você tem que ter metas para atingir. Na hora que um município que atingiu 3% e  
563 você passar para 15 em quatro anos, significa um aumento percentual de 500%, não é pouco.  
564 Isso não quer dizer que “ok”, colocar a palavra, mínimo, eu não vejo o menor problema. Agora  
565 que em gestão você tem que trabalhar com instrumentos e com metas quantificáveis você tem.  
566 E são metas inclusive viáveis para o município atingir. Política é 100%, está no marco  
567 regulatório. Ninguém discute que política social tem que atingir os 100% e tem que ser  
568 universal. Agora quando você faz gestão você pode utilizar os instrumentos de planejamento,  
569 você tem que ter meta e a meta tem que ser quantificada. E esta meta de 100% é no mínimo  
570 ingênua na situação atual do sistema. A questão da política é clara para mim, mas a gestão e  
571 feita com números. Só queria observar isso. JUANITA – Conselheira Roberta. ROBERTA – Eu  
572 vou defender isso até na alma, porque eu quero dizer o seguinte, que eu participei da  
573 discussão da construção da NOB na época em que discutimos os pactos, e tivemos uma  
574 discussão riquíssima com a saúde. Quando você pega os pactos da saúde você vê. Pacto é  
575 diferente de plano, de planilha. Por exemplo, eles têm o Pacto Saúde para todos, Pacto para  
576 erradicar em 100% algo. Isso é pacto. Pacto pelo Brasil sem miséria, então pacto Brasil sem  
577 miséria eu não posso falar de 10%, não posso falar de mínimo. Eu estou fazendo um pacto é  
578 para cima, a minha discussão, portanto, é esta Sérgio. Quando você faz um plano, uma  
579 planilha é óbvio que você gradua. Mas aqui eu estou falando de oferta, de serviço, de proteção  
580 ao mais pobre que não tem como você cortar. Porque na assistência você tem que fazer pacto  
581 de mínimo, nós temos que fazer pacto de máximo. Mas é claro que na medida em que você  
582 constrói a implantação é que vai se graduando essas metas do ponto de vista incluindo  
583 gradual. Mas aqui você fala de um pacto de 4 anos falando de 15% isso por que você viu um  
584 dado de 3%? Vamos discutir estes 3%, por que atingiu apenas este percentual. Nós estamos  
585 fazendo pacto e não planilha. É só vocês verem os pactos da saúde, que tem 4 ou 5 pactos  
586 que conceituam com as 3 esferas de governo. SÉRGIO – Mas Roberta, o pacto de atenção  
587 básica à saúde eu construí no ministério e ele tem metas. ROBERTA – Eu não estou  
588 questionando se tem metas, eu estou dizendo que deveria ser uma meta de 100% por que a  
589 oferta e o direito é de 100%. E se eu estou fazendo isso para 4 anos, eu vou graduar isso para  
590 4 anos. E depois eu irei avaliar o que percorri neste meu pacto. Da forma que está colocado  
591 estamos fazendo metas de 10 e 15%. Concordo com você quando falo de política, quando eu  
592 falo da lei orgânica da cobertura, mas na prática, quando você está alimentando dados há  
593 tendência, e digo, historicamente, na assistência é trabalhar com metas e números. JUANITA –  
594 Vamos conhecer os outros pactos, a última prioridade que é a proteção social especial. Na  
595 proteção especial são mais ações. Desculpe nós estamos ainda na básica. Acompanhamento  
596 das famílias beneficiárias do programa bolsa família em fase de suspensão por  
597 descumprimento de condicionalidades cujos motivos sejam da assistência social. A meta é  
598 atingir 50% das famílias que estão em fase de serem suspensas, do programa bolsa família.  
599 Independente do porte será 50%. A outra ação é o reordenamento do serviço de convivência  
600 do fortalecimento de vínculos. Atingir um percentual de 50% de inclusão do público prioritário

601 no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Como vocês lembram, os recursos que  
602 irão financiar este vínculo tem agora 2 modalidades; 1 se você atender 50% do público  
603 prioritário que é isso que foi para o pacto. O público prioritário são crianças e adolescentes em  
604 situações de trabalho infantil, egresso de medidas sócio educativas, idoso em situação de  
605 segregação, pessoas com deficiência. Ação 7 - ampliar a cobertura de proteção básica nos  
606 municípios de grande porte e metrópole. Referenciar 100% da população constante no CAD  
607 único com 0,5% de salário mínimo ou 25% dos domicílios do município aos CRAS. Teremos  
608 impacto para os municípios de grande porte e metrópole, que sabemos por exemplo, no  
609 município de Belo Horizonte tem hoje 15 CRAS, mas deveria ter 70. Eu não sei o número, mas  
610 falei apenas para exemplificar. Ação 8 – Adesão ao programa BPC na escola, alcançar 100%  
611 na adesão dos municípios. Por exemplo, em Minas Gerais temos 380 municípios que aderiram.  
612 O BPC na escola é o programa em que você aplica um questionário na escola para identificar  
613 situações que levam uma pessoa com deficiência a não ser inserido no sistema regular de  
614 ensino. Agora finalizamos a básica e vamos para a proteção especial. Ação – ampliação da  
615 cobertura do PAEF para municípios com mais de 20.000 habitantes, implantar um CREAS em  
616 todos municípios entre 20.000 e 200.000 habitantes, e no mínimo 1 CERAS para cada 200.000  
617 habitantes. Lembrando que em nosso caso o número maior de município é de pequeno porte 1  
618 que não chega à este número citado. Ação 2 – identificação e cadastramento de famílias com  
619 presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Atingir no mínimo 70%  
620 do cadastro até 2016, no município com alta incidência que aderiram ao co-financiamento das  
621 estratégias do PET, isso nós entendemos que não ficou uma meta bem definida por que sabe-  
622 se que nem todas as famílias identificadas pelo IBGE que tem crianças e adolescentes em  
623 situações de cadastro único não estão no PET. Entretanto o IBGE faz a pesquisa, mas  
624 ninguém sabe onde estão estas famílias. O estado fez um esforço juntamente com o governo  
625 federal no sentido de colher os dados estratificados para verificar onde estão nos municípios  
626 estas famílias que tem crianças e adolescentes em situações de trabalho infantil. É para fazer  
627 uma estratégia de busca ativa destas famílias. O ministério MDS comprou esta pesquisa, foram  
628 divulgados os dados, o estado já fez uma intervenção junto ao governo federal, mas não  
629 conseguiu; o CONFEAS não consegue estes dados também até para apoiar os municípios.  
630 Estou falando isso, pois o SUAS chama de município de alta incidência aquele que possui no  
631 mínimo 500 crianças em situação de trabalho infantil. No caso de Minas Gerais são apenas 19  
632 nesta situação. Então municípios que possuem 10, 20 casos... não irá pactuar isso. A outra  
633 meta dentro desta ação – concluir no mínimo até 70% de cadastro até o final de 2017 nos  
634 municípios com alta incidência que aderiram ao co-financiamento das ações estratégicas. Ou  
635 seja, somente os 19 municípios no caso de Minas Gerais. Outra ação – atingir 50% de  
636 identificação e o cadastro do trabalho infantil para os demais municípios, abrangendo todos os  
637 outros municípios do estado que são cerca de 800 municípios que identificaram situações de  
638 trabalho infantil. Pode falar, sim. AMI - A respeito do que você falou que não sabe onde as  
639 pessoas estão. Nós estamos trabalhando com um índice, o IVS. Este índice é de uma empresa  
640 que faz pesquisa de mercado que está conjugando com a base de dados do IBGE e está



641 mapeando a miséria no Brasil através dos indicadores do IBGE. Então até novembro iremos  
642 identificar onde estão os 16.000.000 de miseráveis no Brasil, inclusive mostrando no mapa.  
643 Com isso nos poderemos desenvolver atividades diretamente nestes municípios onde existem  
644 essas pessoas que necessitam das ações do SUAS. E este projeto está sendo feito  
645 diretamente com o planalto. Neste trabalho estamos mantendo um vínculo, inclusive com as  
646 igrejas, de ajudar o governo na questão do vínculo familiar, isso respeitando as famílias e seus  
647 vínculos. JUANITA – Avançando nas metas do pacto na prioridade da proteção especial a ação  
648 3 – cadastramento e atendimento da população de rua; identificar e cadastrar no CAD único  
649 70% das pessoas são de rua, em acompanhamento pelo serviço no Centro POP, entendendo  
650 que em Minas Gerais temos 26 municípios em centro POP. A outra meta é implantar 100% dos  
651 serviços para a população em situação de rua que é o centro POP, serviço de abordagem  
652 social e serviço de acolhimento para pessoas em situação de rua nos municípios com mais de  
653 100.000 habitantes e municípios de região metropolitana com 50.000 ou mais, conforme  
654 pactuação na CIT. A outra ação é, acompanhamento pelo PAIF de famílias com crianças e  
655 adolescentes em serviço de acolhimento. Acompanhar 60% das famílias com crianças ou  
656 adolescentes nos serviços de acolhimento. Proteção social especial. Ação 5 –Reordenamento  
657 do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, reordenar 100% do serviço de  
658 acolhimento. A outra ação – acompanhamento pelo PAEF das famílias com violação de direitos  
659 em decorrência do uso de substâncias psicoativas, realizar em 100% dos CREAS o  
660 acompanhamento de famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de  
661 substâncias psicoativas. Ação 7 – implantar serviço de acolhimento, residência inclusiva para  
662 pessoas com deficiência em situação de dependência. Implantar 100% de acolhimento, para  
663 pessoas com deficiência em situação de dependência. Por que foi importante apresentarmos o  
664 pacto aqui, lembrando que todos os municípios farão obrigatoriamente o pacto com o sistema,  
665 a vigência dele a partir do ano que vem, de 2014 a 2017, a data de pactuação coincide com o  
666 ano de vigência do PPA. E importante termos o conhecimento do pacto no sentido de  
667 orientarmos os conselhos na fiscalização do cumprimento do pacto pelo gestor no município.  
668 Inclusive as suas prestações de contas tem que refletir este acordo no conselho que foi  
669 assinado pelo município. Terminado o pacto. Conselheira Roberta. ROBERTA – Juanita, aqui  
670 você apresentou para nós o ponto de vista do pacto municipal. Do ponto de vista do pacto  
671 estadual eles fizeram esta matriz de prioridades também? JUANITA – Ainda não, a discussão  
672 será feita a partir de uma reunião com o estado no dia 14 de setembro. O FONCEAS já  
673 antecipou uma prévia para fazer os encaminhamentos e no dia 14 será a reunião com o  
674 ministério de desenvolvimento social. Inclusive porque não foi realizado indicador de avaliação  
675 do pacto do estado. ROBERTA – O que na NOB traz do pacto estadual? JUANITA – Ele é  
676 bienal, e não foi realizada nenhuma avaliação do pacto do estado ainda. (falas ao fundo). Ainda  
677 serão identificadas as prioridades para a gestão estadual. Mas as prioridades serão  
678 trabalhadas na reunião do dia 14 e depois irá para CIT, mas isso ainda não foi conversado.  
679 ROSILENE - Na verdade é apenas uma preocupação. Na proteção estadual quando diz no  
680 acompanhamento das pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, a assistência é

681 muito complicada, pois você precisa ter os espaços de tratamento. Como a assistência irá  
682 assumir este acompanhamento se na saúde não temos serviços que atendam. Existem os  
683 CAPS, mas eles não têm condições de atender a todos. JUANITA – O tratamento não é nosso,  
684 e sim da saúde. O acompanhamento é no sentido de apoiar a família. ROSILENE – Mas se no  
685 município nós não temos CAPS, vamos encaminhar para onde? JUANITA – Nossa conselheira  
686 da secretaria de saúde. FERNANDA – Bom dia, eu sou coordenadora da secretaria de saúde  
687 metal, em relação ao que você diz Rosilene, nós temos uma pactuação de 2012 à 2014 onde  
688 há ampliação da rede de atenção psicossocial e com isso irá aumentar o numero de CAPS AD,  
689 unidades de acolhimento, que são dispositivos que vem lidar com a questão da dependência  
690 química. Além disso, em Minas Gerais, o serviço de saúde é estruturado com a atenção  
691 primária como a ordenadora do cuidado. Então neste sentido, quando não há um atendimento  
692 especializado, a referência tem que ser a atenção primária. Pela lei 3088 a atenção primária  
693 faz parte rede de atenção psicossocial. Talvez, neste momento, algumas equipes de atenção  
694 primária não dêem conta de atender esta estratégia, mas nós estamos trabalhando para que  
695 seja possível. Inclusive estamos com processo de capacitação que envolve tanto a atenção  
696 primária quanto a rede especializada. JÚLIO – Será mudada a palavra antes da porcentagem  
697 no mínimo? JUANITA – Não, isso já acontece no âmbito do sistema. A pactuação acontece na  
698 CIT. Então aqui eu estou apenas apresentando para vocês. Agora, a partir de 2014, a  
699 apresentação do gestor para o conselho municipal tem que incluir a prestação de contas do  
700 pacto, que é mais um instrumento de gestão do município. Conforme a pauta, vou trazer para  
701 vocês uma informação que é com relação ao decreto do governador que vocês já tem  
702 conhecimento sobre diárias e outras medidas para reduzir o gasto no âmbito do estado. O  
703 decreto do governador foi publicado no início deste mês, é uma forma de reduzir os gastos. De  
704 uma forma geral, ele dispõe de varias ações para diminuir estes gastos, considerando dentre  
705 outras coisas diminuição de secretarias, de órgãos, diminuição de diárias, de cargos e outras  
706 questões internas como eventos e capacitações, tudo isso no período de vigência do decreto.  
707 Nós estamos no âmbito interno das secretarias passando por este processo de cumprir o  
708 decreto, e nós estamos com muito esforço fazendo essas adequações necessárias para  
709 cumprir o decreto por que não nos cabe outra questão se não o cumprimento do decreto.  
710 Como o CEAS também faz parte desta instituição estadual, o CEAS está vinculado a SEDESE  
711 e a subsecretaria de assistência, temos que apresentar ao secretário máximo da pasta, no  
712 nosso caso o secretário Cássio, o que cada pasta fez para cumprir e atender o decreto do  
713 governador, sendo que temos um limite que recebemos da secretaria de planejamento e do  
714 secretário Cássio. Cada um de nós recebeu este limite e estamos trabalhando no sentido de  
715 atender a este limite. Nós estamos passando por metas, e uma das metas que eu e a  
716 conselheira Roberta conseguimos defender com muita veemência foi a garantia das pré-  
717 conferências sem cortes, da conferência estadual, o que outras secretarias não conseguiram  
718 garantir. Entretanto teremos que fazer algumas alterações no que diz respeito a este CEAS,  
719 são elas: com relação às diárias, não temos mais como trazer os conselheiros suplentes para  
720 participar da plenária. Os suplentes virão apenas na ausência do titular. A outra questão é

721 reduzir os dias de plenária. Tínhamos 3 dias de trabalho neste conselho: 1 dia de plenária, 1 de  
722 comissão e 1 dia de mesa diretora. Estamos reduzindo para 2 dias pois desta forma reduz o  
723 valor da diária. Então teremos comissões pela manhã e mesa diretora à tarde ou vice-versa, e  
724 a plenária mantida normalmente todos os meses. A outra questão é a participação dos  
725 conselheiros em eventos. Teremos que avaliar caso a caso e somente o caso de extrema  
726 relevância será atendido. Foi criada uma câmara para avaliar toda situação. Por exemplo, tudo  
727 que eu falei aqui foi apresentado à câmara, a princípio foi reprovado, mas nós fizemos um  
728 corpo a corpo de 1 semana e foi aprovado. Eu gostaria de contar com a colaboração de todos,  
729 pois quando é um decreto do governador, eu como responsável pela pasta, não me cabe outra  
730 coisa se não cumprir o decreto. Conselheira Roberta. ROBERTA – Eu queria colocar que isso  
731 que JUANITA disse, todos os conselhos estão trabalhando para este ajuste. É importante os  
732 senhores saberem que do ponto de vista desta comissão que aprova todo sistema de liberação  
733 de recursos do governo do estado é feito de forma orquestrada. Você não consegue pagar uma  
734 diária se não houver liberação da comissão. Então é algo que mesmo que nós quiséssemos  
735 fazer não iríamos conseguir, pois tudo é feito na lógica do sistema. A outra questão que vocês  
736 tem que saber é que estamos passando por corte de pessoal. Todas as secretarias tem que  
737 reduzir em 20% os seus cargos. A SEDESE também, até o dia 6 de setembro, tem que  
738 entregar uma lista de demissão de 20%. Este decreto foi amplamente divulgado e nossa  
739 missão é passar para vocês de que forma estamos enfrentando essa situação. JUANITA – Eu  
740 acabei esquecendo de fazer a leitura das outras ações. Mas só lembrando para quem não fez  
741 a leitura do decreto que dispõe sobre o controle de gasto público, ele suspende tramitação de  
742 processo para autorização de despesas relativas à aquisição de passagens aéreas, diária de  
743 viagens e serviços de agenciamentos de viagens. Também suspende despesas em  
744 participação em cursos, congressos, seminários e eventos afins e a promoção destes.  
745 Conferência estadual, no caso a nossa, foi considerada situação excepcional bem como as  
746 conferências regionais, e prevê uma redução de 30% do valor gasto com impressão. Além  
747 destas medidas, tem também a questão da seleção dos eventos que eu falei que será na  
748 questão da excepcionalidade, vamos verificar a relevância do tema com relação ao CEAS, nós  
749 teremos que cumprir o planejamento, sem possibilidade de autorização de nenhuma viagem  
750 fora do planejamento e os materiais para os conselheiros será exclusivamente por e-mail para  
751 evitar a impressão e conseguirmos chegar ao percentual de 30% de impressão de cada  
752 secretaria. Fátima. FÁTIMA – Bom dia a todos, bom eu sei deste decreto, trabalho na saúde,  
753 então estamos passando também por estas etapas, mas na saúde estamos trabalhando com  
754 planilhas, então eu acho que você poderia ver com relação aos eventos, quais são os  
755 prioritários, contemplar a sociedade civil e o governo, pois nós temos esta sugestão que tem  
756 que ser governo e sociedade civil, mas nada impede de acionarmos as planilhas, porque  
757 estamos fazendo um levantamento em cada setor da saúde e estamos trabalhando assim. Não  
758 quer dizer que encerrou todas as diárias, temos que pensar de acordo coma prioridade do  
759 serviço. Acredito que isso, o trabalho com as planilhas será viável. JUANITA – Eu não disse  
760 nada diferente te você Fátima. A planilha é uma regra. Nós temos a planilha do planejamento,

761 a planilha das diárias, a planilha da conferência. O que estou falando aqui, para vocês terem  
762 uma noção da gravidade, a princípio, a conferência estadual não iria acontecer. Ela foi  
763 considerada na excepcionalidade porque nós fizemos um corpo a corpo, um trabalho  
764 incansável para ela pudesse acontecer. A planilha de diária deste mês da SUBAS foi negada  
765 em um primeiro momento, ela foi indeferida na integralidade. Nós tivemos que fazer um corpo a  
766 corpo. Ir a defesa com a SEPLAG e disse, eu não posso fazer isso porque eu não falei ainda  
767 para o conselho. A partir do mês que vem os conselheiros estarão comunicados. Eu não posso  
768 deixar de fazer as plenárias, entretanto o que eu posso fazer é não trazer o suplente, que é a  
769 contribuição que o CEAS irá fazer em cumprimento ao decreto. Com certeza tudo é planilhado.  
770 Com relação aos eventos não tínhamos mais nenhum planejado para este ano. O que vamos  
771 perder com relação ao que o órgão gestor vai perder é pouco considerando a complexidade da  
772 situação que estamos passando. Infelizmente pessoas terão que ser demitidas para chegar ao  
773 limite do cargo. São situações que temos que passar. JUANITA – Conselheiro Volney.  
774 VOLNEY – Eu fico pensando nas incoerências, em um determinado dia aqui no conselho  
775 alguém ia para São Paulo, eu disse que tinha um ônibus que a passagem era R\$30,00 e  
776 alguém disse que o decreto do governo não contemplava ônibus, apenas taxi. Em Belo  
777 Horizonte, o executivo que vai para o aeroporto é extremamente confortável, o decreto do  
778 governador não contempla ônibus, apenas taxi. Então JUANITA eu dou a sugestão para que  
779 isso seja corrigido no estado. Eu queria que este plenário escutasse que nós fizéssemos um  
780 convite ao sindicato dos auditores fiscais do estado de Minas Gerais para que eles venham  
781 falar sobre as renúncias fiscais que estão ocorrendo no estado de Minas Gerais, nos  
782 precisamos compreender o porque destas renúncias. Eu acho que o órgão mais indicado para  
783 vir nos informar é o sindicato. Ou seja, é dinheiro que não está entrando para o estado. Se  
784 pudermos até deliberar isso depois, eu gostaria que fosse deliberado. JUANITA - Eu só  
785 gostaria de esclarecer Volney que o decreto não tem impacto na oferta de serviços e sim são  
786 questões administrativas. Na oferta do serviço ao cidadão não terá nenhum impacto esta  
787 diminuição de recurso. Tudo que estamos planilhando é no sentido de obter este percentual de  
788 redução de gastos na máquina pública. VOLNEY - Eu entendo, mas se estou diminuindo  
789 gastos está entrando menos receita, se está entrando menos receita entender isso. JUANITA –  
790 Conselheiro Júlio. JÚLIO – Eu considero lamentável isso, tendo em vista que atingiu o controle  
791 social, e fico pensando porque isso aconteceu depois da copa do mundo em outros países,  
792 basta estudarmos para perceber. Agora é interessante que para construir o Mineirão não houve  
793 isso, porque isso só agora? Eu não consigo entender esta lógica do governo. É lamentável isso  
794 atingir diretamente o controle social. Eu penso que a situação vai piorar. Para reformar  
795 Mineirão, para isso há recurso, agora para o controle social que é um gasto mínimo agente tem  
796 que cortar, eu só lamento e não concordo. JUANITA – Conselheiro Marcelo. MARCELO –  
797 Primeira pergunta é até quando este decreto irá vigorar? Se é apenas até este mandato (falas  
798 ao fundo). Entendi, então não tem prazo, é daqui para frente. Então nós temos um regimento  
799 interno que prevê a possibilidade de participação dos conselheiros suplentes. O nosso  
800 regimento interno também prevê a participação na mesa diretora de coordenadores suplentes.

801 Então são situações que teremos que pautar e rever como será feito, pois o regimento interno  
802 terá que ser modificado para atender ao decreto. Nem que seja provisório, mas teremos que  
803 adequá-lo. Outra coisa é a discussão paritária no conselho. Se nós estamos entendendo da  
804 impossibilidade da sociedade civil participar das reuniões, ou seja, fragilizará na discussão  
805 política do conselho, apesar de sabermos que o titular é quem vota, mas a função política do  
806 conselho ficará fragilizada. Na medida em que a sociedade civil, que é a grande maioria  
807 daqueles que vêm. MARCELO – então é algo que a gente tem que pensar, como ficará isso? a  
808 gente sabe que o que se discute aqui é somente valor de redução de gasto a gente  
809 compreende. Mas essa questão política como fica? Outra situação que me preocupa. Isso  
810 atingirá somente sociedade civil. Porque o governo ele não vem aqui com diária. Por isso eu  
811 falo em discussão política. A gente sabe que não é proibido o suplente participar através de  
812 diária do conselho. Eu só faço reflexões para nossa análise. JUANITA – eu só vou fazer uma  
813 pequena correção para, por exemplo, a Anália é representante de governo e ela vem com  
814 diária, não é só a sociedade civil não. Quem é o próximo aí, Roberta? CONSOLAÇÃO –  
815 primeiro um esclarecimento Volney, cobre o ônibus sim. A questão do Taxi é quando a gente  
816 pede a autorização, já vem prévia, nós pedimos a autorização para a pessoa. Já vem o  
817 depósito. O taxi em viagens é porque a pessoa está de mala, no seu caso você sai de Nova  
818 lima pega um ônibus pega outra para o aeroporto, então é para o conforto do conselheiro,  
819 então nesse caso é possível fazer isso não entrou em uma planilha vamos economizar nisso.  
820 Mas a sugestão pode ser até bem vinda. A outra questão eu só quero no entendimento técnico  
821 eu gostaria de fazer isso aqui. Quando foi deliberado nessa plenária eu sou é mais antiga no  
822 conselho houve uma grande discussão para de porque colocar a suplência para fazer a  
823 participação. Não existe normativa legal nenhuma para fazer a participação de convocação de  
824 suplência. Temos que colocar isso porque na defesa que a JUANITA fez para o funcionamento  
825 do conselho ela fez para os titulares o conselho não foi, não sofreu nenhuma retaliação de  
826 participação. No CNAS só cobre diárias de participação quando o titular não vai. Então  
827 inclusive a gente não tem isso. Ela fez o que é possível e legal. O conselho não sofreu nenhum  
828 tipo de retaliação na paridade e a paridade ele é tida pelo voto e o voto é titular. Tanto é que o  
829 conselho é aberto. Qualquer pessoa pode vir aqui e tem direito a voz. Então isso não tira, não  
830 separa a questão da suplência ou de outro convidado que pode vir aqui e pedir a palavra. Eu  
831 estou falando do meu ponto de vista técnico, que eu acho que a discussão tem que envolver  
832 outras questões. JUANITA – eu também retiro meu nome aqui o Júlio até saiu. ROBERTA – eu  
833 queria corroborar também e dizer o seguinte. Acho que é extremamente compreensível todo o  
834 sentimento que as pessoas colocam. Quer dizer nós mais do que ninguém, por exemplo, como  
835 a JUANITA colocou, eu sai ontem da cidade administrativa era 21:30. E nós estamos lidando  
836 com o que é mais árduo, porque aqui nós estamos lidando com diárias, lá estamos lidando com  
837 corte de pessoas, trabalhadores que irão ser cortados. Isso são questões que enfrentamos na  
838 gestão. Anália enfrenta isso na gestão municipal. Claro que não gostaríamos de está  
839 enfrentando isso. Como a Consolação colocou ao longo desses anos todos o Estado vem  
840 pagando, entendo da importância da participação do suplente, sem nenhum problema,

841 ninguém nunca questionou nada. Até a presente data esse conselho não pode reclamar do  
842 ponto de vista da gestão de nenhuma questão de planejamento feito por essa plenária ou por  
843 este conselho, absolutamente. Pelo contrario, temos aprimorado cada vez mais o atendimento.  
844 Que é uma defesa da sub secretaria de assistência. Quando ganhamos uma secretaria, porque  
845 separou o trabalho da assistência, estamos fazendo o trabalho da assistência com muita  
846 veemência, conselho forte secretaria forte. Agora estamos passando por um momento  
847 extremamente difícil de secretaria, todos os conselhos. Existe sim, uma questão de  
848 descontrole, uma questão de gordura sim nas questões. Não estou dizendo neste conselho,  
849 mas em outros a gente sabe. Nós que estamos na gestão percebemos abusos às vezes. Eu  
850 não estou dizendo este conselho. Este conselho sempre primou por um planejamento, por isso  
851 a facilidade que nós tivemos em defender e o CEAS, sempre foi defendido e compreendido  
852 como um conselho serio que vem trabalhando nas suas plenárias com produto e só para vocês  
853 entenderem e terem idéia. A SEDESE trabalha com 13 conselhos. A minha sugestão é que não  
854 seja mudado regimento interno porque o decreto ele coloca. Está suspenso, não quer dizer que  
855 está definitivamente acabado. Então seu efeito é que a medida que as coisas se reestabelece  
856 as coisas vão se reestabelecer também, se vamos mudar regimento interno, Então todo  
857 momento de crise temos que mudar. A minha sugestão é que tenhamos um pouco de  
858 compreensão e acho que neste momento pela maturidade desse conselho, é achar as  
859 alternativa e continuar com essa questão que sempre primamos aqui e tomar as decisões que  
860 inclusive são éticas, dinheiro público. Sempre primou aqui. Agora Volney eu acho muito  
861 importante você pontuar, só que fica ruim nós pontuarmos isso em pró de um decreto. Porque  
862 cortou isso e isso, temos que chamar para isso e isso. Temos que tomar cuidado, porque  
863 queremos discutir isso ai, perfeito! Agora isso não pode ser efeito de decreto, que tem poder  
864 discricionário poder público para tomar medidas. Nós provocarmos uma discussão importante.  
865 Agora não podemos ser afeitos e dizer agora tem um decreto, cortaram nossas diárias, agora  
866 suplente não vem. Nós agora queremos saber de renuncia fiscal. Renuncia fiscal é a qualquer  
867 momento, agora não pode ser. A sensação é assim a hora que teve a possibilidade de nós  
868 atacar nos incomodou. Porque que não soltamos, ou há soltamos em um fórum mais  
869 qualificado para que realmente tenhamos as verdadeiras respostas e que tenha um ganho para  
870 a política e que tenha um ganho para o controle. E volto a dizer que essa medida desqualifique  
871 a paridade deste conselho na participação. Até porque se fizermos as contas aqui, nós vamos  
872 ver que do ponto de vista da questão de suplentes não é bem assim. Haja vista inclusive se  
873 contarmos que os suplentes ele são do ponto de vista a minoria. Acho que não é essa questão  
874 e que estamos garantindo e o suplente quando estiver na questão de titularidade vai ter o seu  
875 direito de participação, como é feito no CNAS como é feito em qualquer outro Estado. Agora  
876 fazíamos dessa forma e não poderemos fazer mais. JUANITA – conselheira Isabela. ISABELA  
877 - Minha fala foi contemplada em partes pele fala da Roberta e eu queria chamar a atenção  
878 mais que essa é uma medida que o governo tomou agora pela questão de despesas. Mas se  
879 tivermos que discutir receita é como a Roberta falou é uma questão diferente. É importante  
880 discutir, mas agora estamos falando em diminuição de despesas em aspectos que são sempre

881 falados em relação ao governo em todos os âmbitos que é diária de viagem, que é realização  
882 de eventos com coffee-break, espaços caros, cargos altos é no Estado. Então essa diminuição  
883 de funcionário vai impactar a gente, sim, porque nem todos os funcionários são efetivos.  
884 Temos funcionários que são de cargos comissionados, mas o corte ele vai indicar os cargos.  
885 O que é isso principalmente do alto escalão. Então em partes de crise econômica não é  
886 exclusivo de Minas Gerais. Isso é em termos de Brasil, tem Estados que estão passando por  
887 problemas maiores que os nossos, inclusive com dificuldade de pagamento de folha de  
888 pessoal. Então eu acho que essa medida agora, talvez assustou, não é de repente e vem de  
889 uma serie de discussão do Brasil, do pacto federativo, algumas medidas de discussão que o  
890 governo federal tomou que tem impacto em todos os Estados, IPI, ICMS, foram ganhos para a  
891 população sim, mas agora estamos vendo e readequando uma serie de questões e a regra de  
892 corte de despesas é para todo mundo e o conselho está no meio. Se o governo tem condições  
893 de bancar o conselho ele vai ser sofrer os impactos juntos. Agora vou ressaltar de novo a  
894 suspensão foi para todo mundo. Foi uma ação de gestão da JUANITA e da Roberta que seja  
895 pago pelo menos parte das diárias porque a situação do Estado é geral de nenhuma diária. E  
896 isso tem que ser ressaltado. JUANITA – antes de passar para o conselheiro Márcio,  
897 Consolação está me lembrando ainda que de ação e dificuldade que estamos passando. O  
898 Ministério Público convidou para está nas pré-conferencias, infelizmente justificou que não  
899 poderá está em todas, justificou em razão de não poder pagar diária de viagem. Foi enviado  
900 um e-mail então com isso, aquilo que a Isabela falou. Todos os órgãos estão passando por  
901 reordenamento interno para atender ao Decreto. MÁRCIO – bom dia a todos! Para não  
902 ficarmos muito na repetição, acho que são questões do Estado que vai impactar. Do ponto de  
903 vista nacional do conselho dos nossos fluxos com a Equipe técnica que tem a função de fazer  
904 os relatórios, os planos de trabalho com relação aos planos de assistência. Isso impacta  
905 também? Porque se isso impacta nós teremos que ter um reordenamento dos nossos  
906 processos, dos nossos fluxos prazos e etc, que estão nas nossas resoluções. E são questões  
907 complicadas que temos que pensar qual é o nosso direcionamento. Então não é só uma coisa  
908 simples para o conselho. Pois dará um reflexo em todas as questões trabalhadas aqui. No  
909 quem tange a questão do Estado. JUANITA – conselheiro Ami. AMI – quero falar três coisas  
910 aqui. A primeira a questão da conferência. A conferência tem que ser realizada porque é uma  
911 questão legal. Então não tem que ficar apelando o Estado para ser realizada. JUANITA – tem o  
912 quê? AMI – apelando pro Estado pra que faça a conferência. Porque ela é uma exigência legal,  
913 ela tem que existir tendo ou não dinheiro ela tem que acontecer. JUANITA - mas ela tá  
914 garantida. AMI – pois é o que estou falando, fazer um apelo veemente para que fosse  
915 realizada, ela tem que ser realizada. JUANITA – mas o apelo foi feito sim Ami. A questão é que  
916 esse ao... AMI – mas não é exigência legal. JUANITA – é uma exigência legal, só para dá um  
917 parâmetro, porque é a primeira vez que você está aqui. Nós nunca pagamos para governo.  
918 Este ano, no ano em que fizemos o planejamento apertado que iria dá pra pagar, veio o  
919 Decreto então vou ter que voltar nessa decisão. Entretanto nós conseguimos com veemência  
920 garantir. AMI – Entendi. A segunda coisa é que estamos exigindo dos municípios que

921     contratem o pessoal do CREAS, CRAS. Se o próprio Estado está dando exemplo cortando o  
922     pessoal. Então acho que não temos que exigir este cumprimento, deste pacto de municípios  
923     não, porque o governo federal é quem fica com mais recursos, depois os Estados, os  
924     municípios são os que menos recebem dinheiro. Então não temos que exigir dos municípios  
925     que contratem assistentes sociais, porque por causa da Lei de responsabilidade fiscal por falta  
926     de recursos. Se o próprio Estado está cortando pessoal, como vamos exigir do município lá na  
927     ponta. É que cumpra isso também e a terceira coisa que eu queria colocar, com relação aos  
928     suplentes, eu entendo a posição do conselho e quero solicitar aos suplentes que eles se  
929     mantenham atualizados para que no dia que foram solicitas sua presença que não tenha que  
930     ficar perguntando o que aquilo ou aquilo outro. Eu entendo que eles tenham que ser mantidos  
931     atualizados. E contribuir com alguma fala, eu não tenho importância nenhuma de não me  
932     convocar pra reunião, agora uma coisa que tem que se retirar é que tem vários suplentes  
933     compondo as comissões tem que retirar o nome deles ali. Você vai falar que está faltando, e o  
934     motivo é porque não tem dinheiro para o suplente vir aqui. Tem que fazer revisão das  
935     comissões e retirar o não dos suplentes para que não haja falta de suas responsabilidades de  
936     conselheiro. Essa é minha palavra. JUANITA – claro, eu só queria clarear duas questões. A  
937     primeira é que todo esse processo ele vai passar internamente por esse reordenamento, essa  
938     questão das comissões, a questão do regimento interno a gente acordou aqui que não tem  
939     necessidade de fazer alterações. Tudo isso vai ser feito. A outra questão que são coisas  
940     diferentes. Uma coisa é o governo. Ele não vai demitir pessoal efetivo. Vão ser cortados  
941     pessoal contratado com cargos de confiança o pacto ali é outra coisa. É fazer concurso público  
942     para desprecarizar o serviço, são situações diferentes. No nosso caso, (falas ao fundo). Olha  
943     só conselheiro Amim, eu vou voltar no esclarecimento, quando faz planejamento, por exemplo  
944     a SEDESE vai fazer concurso público este ano, mas foi colocado no nosso planejamento a dois  
945     anos atrás quando foi fruto da nossa conferencia. E gestão pública e empresas passam por  
946     isso. Coloca no seu planejamento. Então assim a SEDESE tem mais de 10 anos que nunca  
947     tinha tido um concurso. E isso nós recebemos isso e sabemos disso e colocamos em todos os  
948     lugares que vamos. Precarização das regionais, a SEDESE tem um número de profissional  
949     muito contratado. São coisas completamente distintas do que estamos falando. Só este  
950     esclarecimento que gostaria de dar. Volney. VOLNEY – eu só quero salientar para este  
951     plenário aqui, que eu sou suplente e recebo diárias sim, desde a minha entrada para este  
952     conselho nunca faltei a uma plenária, eu gostaria de saber dos conselheiros governamentais  
953     quantas conferência fizeram e para quantas conferências regionais estão indo. Eu acho isso  
954     muito interessante entendeu, porque na hora de ir para viajar. Então assim, os governamentais  
955     teriam que ir. JUANITA – nós estamos num espaço de participação cada um participa de  
956     acordo com a sua possibilidade e de acordo com a sua necessidade e consciência. Aqui eu  
957     gostaria de esclarecer a todos que nós não somos inimigos governo e sociedade civil. Em  
958     hipótese nenhuma. Nós estamos aqui todos trabalhando para consolidar o SUAS.  
959     Independente se você é representante de sindicato, independente se eu sou gestora  
960     responsável por esta pasta. Você está me entendendo. Se você tinha disponibilidade de fazer



961 18 conferências e eu só tive para fazer 5, Volney. Foi a minha contribuição que eu pude dá  
962 para o sistema único, mas hora nenhuma eu vou jogar isso na cara de ninguém que eu fiz as 5  
963 conferências. Se eu fui com diária. Acho que a nossa discussão ela tem que ser mais política  
964 no sentido de compreensão, não estou pedindo para fazer corte de diária de suplentes. Eu  
965 estou comunicando e na minha comunicação eu falei com vocês que é com muito pesar que eu  
966 estou fazendo estes cortes. Mas eu como gestora da pasta eu não tenho outra opção se não  
967 estarei descumprindo uma ordem do governador que é meu chefe. Então só gostaria que  
968 vocês entendessem essa nossa conversa como uma conversa política e necessária e não  
969 partir para ponto de vistas pessoas de gostar ou não gostar. Nós somos governo e sociedade  
970 civil, buscando contribuir para o SUAS em Minas Gerais e ponto. Eu acho que é esse desabafo  
971 que eu gostaria de fazer Volney e retifico a sua importância nesse conselho a sua importância  
972 nesse trabalho com o SUAS. Você é um dos conselheiros mais atuantes da sociedade civil que  
973 passou por aqui, entretanto eu não tenho outra opção a não ser essa. Eu sinto muito!  
974 ROBERTA - eu só queria acrescentar gente na discussão. Primeiro estamos discutindo  
975 primeiro seja no "afor" da notícia. Da emoção a gente compreende. Nós como gestoras,  
976 estamos passando por isso com muito sofrimento é como disse ontem eu sai de lá com muita  
977 tristeza e ainda fui tomar uma cachaça para ver se eu conseguia dormir e não dormir viu. Mas  
978 enfim, mas são ossos do ofício e é isso mesmo. E a discussão não pode ser governo,  
979 sociedade civil. Nós estamos falando de suplente e titular gente! É suplente e titular, não  
980 estamos falando de suplente e sociedade civil. É como a JUANITA falou, nós vamos criar parte  
981 A e parte B e se você fragmenta esse colegiado e do ponto de vista quem perde é a discussão  
982 da política no estado. São compreensíveis todas as manifestações que são colocadas aqui e  
983 precisamos ter muita maturidade, muita racionalidade na compreensão e saber quais são os  
984 foros de lutas que devemos fazer inclusive para as grandes causas. Quando falamos de cortes,  
985 o que nós vamos fazer. O que nós estamos sentido. Porque nós do executivo tá cortando o  
986 sangue. Porque você tem no judiciário ainda tem gordura para cortar. Esse impacto não é tão  
987 grande. Podemos conversar e falar sobre isso, podemos sim. Podemos falar sobre todas as  
988 questões. Aqui nós estamos anunciando Decreto e o Decreto ele não tem opção. Ou você  
989 cumpre ou não cumpre. E ai Amim eu queria só reforçar o que a JUANITA falou o que estamos  
990 colocando do ponto de vista do pacto nós estamos brigando é para concurso público e isso nós  
991 vamos fazer isso não foi cortado e isso vai ser mantido. E para o SUAS é muito bom que  
992 tenhamos funcionários efetivos. E vou dizer para os senhores, quem tem cargo comissionado  
993 no Estado ele clama de uma instabilidade muito grande. A pessoa ta aqui faz todo o processo  
994 de investimento na sua formação e amanhã não está e ele não consegue nem defender suas  
995 idéias com veemência. Por conta da sua questão da sua instabilidade. Ta aqui tem 15 anos,  
996 amanhã, por exemplo, se tiver um corte dela. Esse colegiado pode fazer qualquer  
997 manifestação, mas o poder é discricionário, por isso se fala cargo de confiança. Nós estamos  
998 aqui falando de quadro de funcionários de servidores, é isso que queremos para o SUAS  
999 servidores efetivos e que continue para a implantação disso. É só para termos muita calma  
1000 nessa hora e a gente compreende eu acho que todas as colocações que foram colocadas aqui,

1001 vamos ter que ter ajustes nas comissões, vamos ter sim. Quem sabe fazemos junção de  
1002 comissão. Agora é fato também que nós temos que assumir. Eu já coloquei isso e vamos ter  
1003 que assumir que as nossas comissões, por exemplo, as vezes ficamos o dia inteiro com a  
1004 pauta pequena. Isso a gente olha e vamos falar vamos avaliar isso aí. Essas coisas nós vamos  
1005 ter que fazer o ajustes e nós estamos no barco e fazer as adaptações, como todos que são  
1006 municípios também estão tendo suas adaptações. Então o que queremos pedir é um pouco de  
1007 paciência e compreensão. A Consolidação essa semana sofreu muito com essa questão porque  
1008 tivemos que fazer ajustes de tudo em que é lado. Como diz a Fátima de tudo quanto é planilha  
1009 teve que fazer planilha. Corte em tudo que é planilha, envia para lá e justifica para cá. Por  
1010 exemplo, Ami é uma questão legal e tem que cumprir. Um determinado gestor ele pode optar  
1011 como nós já vimos no governo, é legal, mas eu não vou cumprir. Ele pode alegar e arcar com  
1012 qualquer prejuízo político. Mas não foi essa opção que se tomou. Por exemplo, e como já  
1013 vivemos em outras épocas, que servidor do Estado recebia escalonado gente! Nós estamos  
1014 falando de questões de crise que precisamos conversar. Claro se nós vamos enfrentar e ir para  
1015 frente vamos qualificar essas lutas. Agora isso é o momento que estamos vivendo de crise e  
1016 essas decisões são tomadas e todo mundo vai pra frente, brigar pelos seus cortes e que  
1017 acham importantes. Isso pode ter certeza que estamos com uma secretaria muito aguerrida e  
1018 JUANITA não está agarrando o pé disso. Ela fica o dia inteiro para lá e para cá e juntamente  
1019 comigo. Agora aqui precisamos dessa compreensão se não a gente fica quase que sozinho  
1020 nessa defesa. JUANITA – conselheiro Marcelo. MARCELO – eu voltei só para diante das  
1021 ponderações que foram feitas. Primeiro para dizer que estamos aqui para defender esse  
1022 decreto em hipótese alguma. Mesmo porque a formação que temos enquanto assistentes  
1023 sociais é a defesa das questões sociais. Mas eu quero fazer uma reflexão com os colegas que  
1024 é a situação que estamos vivenciando. É uma situação macro que não é somente nossa aqui.  
1025 É uma situação muito maior e enquanto gestor que já fui no passado eu sei o que a SEDESE  
1026 vem vivenciando. Também não posso fazer defesa do sistema capitalista e da má gestão. Não  
1027 dessa SEDESE, mas da gestão de uma situação macro e, portanto, o que nós temos enquanto  
1028 conselheiros é lamentar com o ocorrido, nos indignar como estamos nos indignando, mas  
1029 também não sobrecarregar e jogar a responsabilidade à SEDESE. De fato o que estamos  
1030 sentindo nas falas da nossa presidente, que coincidentemente é a Subsecretaria, ela está  
1031 dizendo o que foi para conseguir defender uma conferência que de fato ela poderia não  
1032 acontecer. E aí ônus político do Estado seria muito maior, mas é pelo trabalho que JUANITA  
1033 está dizendo que foi feito, conseguiu defender a participação desta conferência de defender  
1034 que a área governamental pudesse participar de forma sem ter ônus. Aquilo que defendemos  
1035 já a muitos anos, que essas conferências pudessem ser assim e éramos altamente criticados.  
1036 Então gente eu quero dizer, que não concordo com o Decreto, acho que é algo que fere a  
1037 participação, ele fere o processo democrático e participativo e nós temos que nos  
1038 submetermos a ele. Enquanto conselho estadual e não enquanto conselheiros e pessoas.  
1039 Temos que se indignar com a má gestão com a forma como ela foi colocada. Eu queria voltar e  
1040 corroborar como sempre fiz. Apesar de entender que a SEDESE faz um trabalho mais do que

1041 ela consegue que diante da ausência de recursos humanos, do processo que vocês trabalham  
1042 lá, que é mais que humano, pois o pouco de funcionário que vocês têm. Consegue fazer muito.  
1043 Sempre lutamos aqui neste conselho para que pudéssemos ter maiores recursos humanos na  
1044 SEDESE. E conseguimos após muita luta que tenhamos um concurso público. É satisfatório o  
1045 concurso público, o numero de profissionais não é satisfatório, sabemos que está pouco. O  
1046 salário que vai ser pago para esses servidores é a montante do meu ponto de vista. Mas é o  
1047 que está posto. Mas temos que continuar nessa luta incansável para efetivar o sistema de  
1048 modo que possamos lá na frente dizer que construímos o SUAS de alguma forma. Eu não  
1049 poderia deixar de fazer a defesa do trabalho que a gente vê incansável na sua Subsecretaria.  
1050 JUANITA – vamos andar com a nossa pauta. É a minha sugestão você eu não vi não  
1051 conselheiro Ami. AMI – eu só queria dizer para não ficar mal entendido. Eu não tenho nenhuma  
1052 defesa pessoal pra fazer nesse conselho. É eu acho que na medida do possível se pudermos  
1053 ajudar temos que ajudar, atrapalhar nunca. Agora eu vejo o seguinte que neste momento que o  
1054 Estado está passando e caíssemos na real e observamos algumas incoerências. Nós não  
1055 podemos já que o Estado de Minas que é um dos Estados mais poderosos da federação exigir  
1056 dos municípios, contratação de funcionários notoriamente, mesmo que seja estatutariamente,  
1057 existe dinheiro e recursos e cumpra um pacto que o Estado que é muito mais forte e fazendo  
1058 corte de gastos com pessoal, mesmo que seja cargo de confiança. É só essa minha sugestão  
1059 para evitarmos a incoerência no momento. No município ele tem que acarretar, mas no Estado  
1060 não ela pode cortar. Eu não tenho nenhuma bandeira partidária, pelo contrario, eu luto pela  
1061 igreja, pelas instituições, pelo trabalho e famílias que trabalhamos eu não tenho nenhuma  
1062 inscrição partidária, tento fazer isso com total isenção. Eu critico e também elogio na medida,  
1063 porque eu não faço parte de partido e nunca militei em partido. JUANITA – bom! É a nossa  
1064 proposta nós temos duas inclusões de pauta e nós estamos no tempo. Antes de sair para o  
1065 almoço são duas pautas que foram solicitadas para incluir e eu penso que poderíamos avançar  
1066 nelas até porque são rápidas. Foi uma solicitação do Volney de inclusão de pauta para discutir  
1067 o mandato de conselheiros é que entraram posterior a saída de conselheiros em substituição e  
1068 o outro é que com a saída da Cristiane vaga-se a cadeira de vice-presidente deste conselho e  
1069 a sociedade civil está solicitando esse CEAS tem que fazer a recondução da mesa diretora e  
1070 tem que abrir o processo de escolha para a sociedade civil ai a sugestão é como o processo.  
1071 Isso que eu vou sugerir, poderíamos avançar com essa pauta da votação é da nova vice-  
1072 presidente da mesa diretora e deixar a próxima pauta para quando retornar do almoço. Pode  
1073 ser Volney, pode ser. MARCELO – eu pediria que essa discussão fosse feita primeiro porque  
1074 se essa discussão ela for aprovada, é a indicação da vice-presidência ela seria diferentes.  
1075 Então a gente teria primeiro que saber, há possibilidade e tal né. JUANITA – Então vamos  
1076 iniciar a discussão do mandato do conselheiro. VOLNEY – bom! No sindicato nós conversamos  
1077 e eu peguei um pedaço de mandato e a compreensão que nós tivemos e discutimos com o  
1078 nosso jurídico é que é como eu entrei complementando um mandato, Então o nosso  
1079 entendimento é que nós podemos concorrer à vaga nas próximas eleições agora e que esse  
1080 mesmo, esse mesmo nome poderia dá continuidade nesse mandato. A princípio nós tínhamos

1081 o entendimento que a entidade permaneceria com outro nome. E o sindicato vem defendendo  
1082 a permanecia do meu nome neste conselho. Então eu gostaria de colocar isso na plenária para  
1083 que seja aberta a discussão. ROBERTA – a minha sugestão é que a gente encaminhe essa  
1084 matéria do ponto de vista jurídico, porque o que acontece, a meu ver é, por exemplo, vamos  
1085 por analogia. O prefeito por exemplo. Célio de Castro morreu o outro assumiu e ai o mandato  
1086 ele não pode reeleger, a mesma coisa o governador Anastásia. Ele pegou um mandato de  
1087 cargo do governador ele não pode ser reeleito. A meu ver nós não podemos tomar essa  
1088 decisão aqui sem fazer uma análise jurídica do caso para podermos fazer estes  
1089 encaminhamentos apenas com a leitura do seu sindicato, pois do ponto de vista dos exemplos  
1090 que eu dei aqui na pratica é assim e certamente esteja pautado em algum caso e essa plenária  
1091 encaminhe essa questão para uma matéria jurídica e dêem a resposta para saber se você  
1092 pode ou não. JUANITA – inclusive Roberta essa analogia que você fez é ela mesma. Inclusive  
1093 eu e a Consolação fomos à casa Civil eu e a Dra Coeli, a Subsecretaria, e conversamos com a  
1094 parte jurídica que faz essa questão de ato de conselheiros e de todos os conselheiros. Você  
1095 cumpre o mandato independente se você entrou em novembro ou janeiro o mandato é daquele  
1096 período e se você foi conduzido uma vez só pode uma recondução e com isso eu acho que nós  
1097 devemos fazer a mesma sugestão da Roberta e eu coloco aqui para aprovação dessa plenária.  
1098 Esse CEAS faz uma consulta ao jurídico da SEDESE que vai encaminhar para a casa civil para  
1099 se ter uma resposta. Pode ser assim. MARCELO – eu acho que a ponderação da Roberta é  
1100 pertinente, mas se como o Volney que existe uma manifestação jurídica do sindicato dele que  
1101 ele pudesse trazer a manifestação jurídica dele e fazer o só peso e fazermos um entendimento.  
1102 Eu também me comprometo a fazer um estudo disso para poder ver a possibilidade. Eu a  
1103 *priore* no primeiro momento não vi nenhum problema. Mas é importante que façamos uma  
1104 análise mais. MÁRCIO – só para contribuir a minha situação é a mesma do Volney, cumprindo  
1105 mandato de outro conselheiro e estou na mesma lógica e na entidade há uma pré-disposição  
1106 para disponibilizar o Márcio para continuidade, mas realmente a questão da necessidade de  
1107 verificar todas essa questões. Não podemos incorrer nenhuma matéria da ilegalidade, mas há  
1108 entendimento da entidade a permanecia neste conselho. JUANITA – e para este conselho seria  
1109 muito interessante a permanecia dos conselheiros. MARCELO – eu só quero trazer mais uma  
1110 reflexão essa resposta tem que vir para a próxima plenária porque tem que ser antes da  
1111 conferência. JUANITA – você vai providenciar não é isso Volney, ok! Então com isso nós  
1112 podemos fazer a eleição da mesa diretora aqui hoje, porque isso vai demandar um tempo  
1113 maior, significa que essa mesa diretora vai ficar sem vice-presidente. Eu dou o  
1114 encaminhamento da sociedade civil se reunir para fazer a indicação pode ser 5min. Então  
1115 agora são 12:00 podemos retornar 13:00hs. JUANITA: Nós tínhamos combinado antes de sair  
1116 de iniciar a segunda parte com a... Conselheiros, podemos retomar? Conselheiros! Nós  
1117 tínhamos combinado de que quando terminássemos o almoço iniciar a eleição da sociedade  
1118 civil, a composição da mesa diretora e a vice-presidência. Mas a sociedade civil está  
1119 aguardando todos os membros chegarem, a gente vai adiantar com a programação. Ok  
1120 conselheiros? Seguindo a nossa pauta aí... (vozes ao fundo) JUANITA: Senhores conselheiros

1121 vamos dar início? (vozes ao fundo) JUANITA: Então vamos lá, seguindo nossa pauta a gestão  
1122 está apresentando a esse conselho, o plano “plurianual” de assistência social, esse plano  
1123 “plurianual” vai ter uma vigência menor considerado que tivemos um atraso de um ano por  
1124 problemas administrativos da apresentação desse plano. O plano está aqui? Com você? O  
1125 plano foi entregue aqui no CEAS. Só fazendo uma recordação, esse plano esteve em  
1126 discussão aqui no ano passado quando a secretária Nívia estava me antecedendo e logo  
1127 quando eu cheguei em janeiro desse ano em análise ao plano eu entendi que era necessário  
1128 fazer algumas alterações. E aí, eu me justifico pelo atraso dessas alterações e estou  
1129 apresentado para esse conselho, para deliberação, o plano plurianual de assistência social.  
1130 Então ele vai ter um ano de diferença de 2013 a 2015. Eu trouxe como eu entendo que tem  
1131 que trazer uma apresentação simplificada do plano pra vocês entenderem a lógica da  
1132 construção que eu acho que é um dever meu em vez de só encaminhar o plano pra vocês  
1133 fazerem a deliberação de uma apresentação. Eu me coloco a disposição pra fazer a  
1134 apresentação, ou se vocês entenderem que tem que ir pra comissão eu entendo perfeitamente,  
1135 mas eu quis trazer aqui porque eu já estou sendo cobrada a várias reuniões, sobre essa  
1136 apresentação e certíssimo, porque eu estava em atraso com ele. Eu coloco pra vocês pra  
1137 saberem é... ROBERTA: Deixa eu só refrescar aqui. É a estrutura do plano porque já teve uma  
1138 apresentação aqui quando era a secretária Nívia. A pergunta, JUANITA, é que mudou  
1139 significam ente ou teve pequenas alterações? (resposta ao fundo) Porque como ele já esteve  
1140 aqui em debate, a não ser que os conselheiros necessitem, porque a minha sugestão é a  
1141 seguinte, se for o caso, vai pra comissão porque como ele já esteve... JUANITA: Eu estou a  
1142 disposição. Deixamos pra comissão de política então. Ok, então eu estou registrando aqui e  
1143 fica a apresentação também nesse conselho, já está disponível Já foi. Acho que já, não já  
1144 Isabela. ISABELA: Não sei. JUANITA: Claro. O plano todo. Se não tiver sido encaminhado eu  
1145 vou pedir a Isabela pra encaminhar porque aí os conselheiros já têm conhecimento. SÉRGIO:  
1146 E para o pacto também, a apresentação do pacto também se pudesse passar pra gente.  
1147 JUANITA: Qual pacto Sen... Essa do. Pra ser encaminhado pra vocês? Claro. (Discussão ao  
1148 fundo) SÉRGIO: O pacto da apresentação que ela fez hoje. FÁTIMA: Está perguntando se  
1149 todos os municípios já têm conhecimento? JUANITA: Sim já foi publicado uma resolução,  
1150 disponibilizando o pacto. FÁTIMA: Mas não aderiram ainda. JUANITA: Não houve a adesão  
1151 ainda não Fátima. Ainda não. Provavelmente vai ser lançado na conferência. Claro. A  
1152 conselheira Anália está falando que o CEAS já mandou duas vezes a apresentação do pacto.  
1153 MARCELO: Está apresentação. JUANITA: Está não, esta eu fiz exclusivamente para o CEAS.  
1154 Claro. Aí eu peço o CEAS pra encaminhar para os conselheiros ok?? JOÃO ADEMAR:  
1155 Obrigado (comentários ao fundo) JUANITA: Bom, Passamos para a comissão agora, vamos  
1156 pra comissão de apoio a conselhos. Anália. Não, desculpa. Então vamos passar pra outra  
1157 comissão, comissão de política, com a conselheira Roberta. ROBERTA: Eu passo a bola pro  
1158 Volney ou pro Marcelo porque eu não estava presente então eu não posso apresentar algo em  
1159 que eu não estava presente. Coordenador continua sendo eu... Eu só não estava presente.

1160 JUANITA: Coordenador Volney! Coordenador interino Volney! (repercussões das risadas  
1161 anteriores) VOLNEY: Bom, vamos ler então. Enviado ficha do CEAS N° 196/ 2013 ao conselho  
1162 municipal de assistência social de Três Marias solicitando informações acerca do domínio do  
1163 conteúdo e atividade do conselho, pela secretária executiva daqui do conselho municipal.  
1164 Sobre normatização dos benefícios atuais e a relação da entidade AP-ARTE e a prefeitura  
1165 municipal. Recebendo o ofício do conselho municipal de assistência social 15 2013 datado de  
1166 08/08/2013 informando que a secretária executiva é assistente social nomeada pelo executivo  
1167 municipal, copia do ato em anexo e que a mesma possui capacidade e domínio de suas  
1168 funções. Só recapitulando houve uma denuncia de que a secretária executiva não tinha  
1169 capacidade técnica, então aí o conselho nos respondeu que ela é assistente social. O conselho  
1170 municipal aprovou os critérios para liberação de benefícios eventuais quando chamados a cota  
1171 de recursos do município por meio da resolução 2/13 datado de 17 de Abril de 2013 e assinado  
1172 pela gestora municipal de assistência social e pelo presidente do conselho municipal. A  
1173 entidade AP-ARTE é a associação sem fins lucrativos está regularizada sua diretoria composta  
1174 por voluntários e que alguns deles trabalham na gestão social do município. A entidade  
1175 fundada em 95 tem trabalho relevante com crianças e adolescentes e que não recebeu  
1176 subvenção social por parte da administração municipal. A entidade mantém casa lar para o  
1177 público infanto-juvenil até 18 anos incompletos. Encaminhadas pelo ministério público a ata de  
1178 posse da diretoria da gestão 2013 a 2015. Bom nós entendemos na comissão ontem que a  
1179 resposta do conselho municipal de Três Marias, ela responde satisfatoriamente e legalmente  
1180 as questões tratados no item da denuncia relativa ao conselho municipal. Foi lembrado que os  
1181 outros itens de denúncias foram encaminhados pra SEDESE para providências, pois os  
1182 mesmos são relativos ao CRAS e CREAS Serviços e a gestão. Por meio do ofício 1972013.  
1183 Encaminhamento gerado para deliberação em plenária. Responder a denunciante sobre a  
1184 questão 6 tratada no e-mail e informá-la sobre a legalidade do desempenho da secretária  
1185 executiva no CNAS. Sobre a resolução 2/2013 que aprovou os critérios para liberação dos  
1186 benefícios eventuais do município e sobre a situação da entidade AP-ARTE descrita no  
1187 parecer. Ok Aprovado o encaminhamento? JUANITA: Sim. VOLNEY: Item 2. E-mail do  
1188 conselho municipal de assistência social de oliveira solicitando informações sobre cobranças  
1189 por participação em eventos fornecidos pelo CRAS e sobre venda de alimentos e realização de  
1190 bazar dentro do equipamento. Tratativa. O centro de referência de assistência social CRAS é  
1191 uma entidade pública e estatal descentralizada da política nacional de assistência social que  
1192 atua como a principal porta de entrada do sistema ONU de assistência social dada sua  
1193 capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da proteção  
1194 social básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social além de ofertar serviços e ações de  
1195 proteção básica o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social  
1196 básica promovendo a organização e articulação das unidades a ele referenciadas e  
1197 gerenciamento dos processos nele envolvidos o principal serviço ofertado pelo CRAS é o  
1198 serviço de proteção e atendimento integral a família cuja execução é obrigatória e exclusiva  
1199 esse consiste em um trabalho de caráter continuado que visa promover a função protetiva das

1200 famílias prevenindo a ruptura de vínculos promovendo o acesso e usufruto de direitos e  
1201 contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Assim se o evento é promovido pelo CRAS  
1202 não pode haver cobrança nem venda de alimentos dentro do mesmo. Síntese da discussão:  
1203 discutiu-se sobre o espaço público do CRAS e sobre o impedimento de qualquer tipo de  
1204 cobrança nesse espaço, encaminhamento e nós entendemos, responder ao e-mail do CMAS  
1205 de Oliveira informando sobre o papel de um equipamento público como o CRAS por meio dos  
1206 seus serviços e do impedimento de cobranças e vendas de alimentos no equipamento  
1207 conforme parecer técnico. Ficou claro pra todos? JUANITA: Sim, Ok. Alguma colocação? Não?  
1208 ROBERTA: O encaminhamento? JUANITA: O encaminhamento ele já leu, encaminhar um  
1209 ofício... ROBERTA: A minha sugestão encaminhar também ao SEDESE porque tem que  
1210 apurar essa denuncia lá, porque é sério, do ponto de vista da oferta do serviço tá equivocada  
1211 no equipamento, para além de informar o conselho é preciso mandar pra SEDESE. JUANITA:  
1212 Orientação? ROBERTA: É, é trabalhar do ponto de vista da gestão, como é que está o serviço  
1213 ali dentro, entendeu? JUANITA: Mais alguma coisa? Aprovado Volney. (Falas no fundo)  
1214 VOLNEY: Complemento Érika, encaminhar também para a SEDESE para apuração e  
1215 orientação. MARCELO: Não, a discussão que a gente fez lá é a seguinte, que o fato de se  
1216 fazer um bazar, pode ser, pode entender como fortalecimento dos vínculos comunitários,  
1217 talvez, não é? Agora a gente defendeu que não pode, não pode cobrar não pode fazer isso,  
1218 não pode fazer aquilo, que tem muitas coisas que não pode fazer, agora se eles quiserem,  
1219 vamos imaginar, lá no município tem uma, tem o CRAS que é um espaço bacana pra poder  
1220 as famílias se reunirem pra bater um papo e fazer uma festa junina lá pra fortalecimento de  
1221 vinculo, foi isso que nós falamos, nesse sentido. ROBERTA: Eu queria clarear isso aqui é o  
1222 seguinte, eu acho que aqui Marcelo, que o que está posto ali do ponto de vista da essência, eu  
1223 acho que não tem há ver com fortalecimento de vinculo, ali o que tá colocando é, pois é, é o  
1224 que eu estou dizendo, o que eu estou dizendo é, o que o e-mail coloca é que está fazendo  
1225 evento e tá vendendo as coisas, tá gerando, é ninguém discute o próprio PAEF é pra isso, pra  
1226 fortalecimento de vinculo, entendeu, executar o PAIF já é com esse objetivo, então, como foi  
1227 discutido ali, agora do ponto de vista da venda, isso é o maior problema que nós tivemos no  
1228 inicio no CRAS, No inicio de quando nós começamos a implantar CRAS, era um tal de vender  
1229 pano de prato, vender fuxico, vender não sei o que de artesanato, do ponto de vista legal,  
1230 você gera uma moeda dentro do próprio equipamento público, que isso gera qualquer  
1231 possibilidade de corrupção e que na assistência nós temos que abominar isso de qualquer  
1232 jeito, até porque essa é uma prática antiga que tinha na assistência que é de você gerar  
1233 moeda, ali é um equipamento público, quer dizer, a ONG fazer isso lá que o faça, agora dentro  
1234 do CRAS é igual dentro de um hospital, de alguma coisa dessa linha, acho que a gente precisa  
1235 resolver, pegar a essência da coisa aí, porque do ponto de vista do vinculo o PAIF é pra isso.  
1236  
1237 ISABELA: É uma coisa, o Marcelo tá falando ali que não era bem isso, é que eu ia falar um  
1238 pouco no sentido da Roberta, o serviço não pode vender em hipótese nenhuma, e pra vender  
1239 alguma coisa dentro do espaço público é, não é totalmente proibido, mas você tem que fazer

1240 um processo licitatório haver chamamento aí você tem que ver quais as formas legais de fazer  
1241 isso, mas o serviço o CRAS não pode vender. ANÁLIA: tá muito claro aqui gente. Olha a  
1242 leitura, ela está solicitando informações sobre cobrança por participação em eventos  
1243 promovidos pelo CRAS, está solicitando informação, orientação, se pode ou se não pode. Não  
1244 pode, não é, então tem que orientar. MARCELO: só pra esclarecer, olha o que fala a  
1245 solicitação, prezados, venho solicitar a ajuda de vocês sobre fatos relacionados, existe no  
1246 município o centro de referencia do adolescente no centro, e o centro de referência da criança  
1247 – CRIA – e centro de referência de assistência social. Gostaríamos de saber se os funcionários  
1248 podem fazer eventos e cobrar entrada? Nós já estamos dizendo que não, vender alimentos ou  
1249 fazer bazar dentro da sua cede, nós também estamos dizendo que não pode, e funcionamento  
1250 em outro local, na discussão, eu disse o seguinte, se nós formos fazer algum evento com a  
1251 finalidade de fortalecimento dos vínculos não vejo impossibilidade, desde que não tenha essas  
1252 questões de cobrança e tudo mais, essa é que foi a discussão. ISABELA: Ou se for vender  
1253 alguma coisa lá que siga os procedimentos certos assim. Que não é que não pode vender, tem  
1254 que seguir os procedimentos corretos, o CRAS, não pode, mas se você quiser fazer um evento  
1255 na comunidade e chamar , eu esqueci qual é o termo certo, mas tem um meio que você pode  
1256 chamar o pessoal pra colocar lá barraquinhas de comida de bebida, isso pode mas aí você  
1257 tem que abrir de forma pública, com a participação de todo mundo. Agora a oficina do CRAS  
1258 não pode vender lá não. ROBERTA: e mesmo assim, o Isabela, do ponto de vista da  
1259 assistência é tudo que a gente nem abre essa possibilidade, porque isso aí era o que eles  
1260 faziam já no , entendeu, então na assistência a gente diz, dentro do CRAS não pode abrir  
1261 licitação pra fazer nada, pra vender nada , lá é pra fazer PAIF , pra fazer todas as atividades  
1262 com a família. VOLNEY: Ponto três, e-mail da vice-presidente do CEAS senhora Cristiane  
1263 Nazaré, sobre e-mail da conselheira nacional Jane Clemente, informando que no CNAS, que a  
1264 resolução 33/2011 que define a promoção da integração no mercado de trabalho, no campo  
1265 da assistência social está pautada na política de CNAS, Tratativa, a conselheira Jane  
1266 Clemente, informa que a resolução 33/2011 foi fruto de uma demanda de algumas instituições  
1267 que atuam com jovens no mercado de trabalho e com economia popular solidária e não se  
1268 sentiram contempladas pela tipificação, levando a ter suas inscrições indeferidas no CNAS e  
1269 conseqüentemente indeferimento no SERVAS, o CNAS analisará a resolução a luz das  
1270 seguintes indagações: 1) será que a resolução não está sendo bem interpretada pelos técnicos  
1271 e conselheiros dos conselhos de assistência social, e nesse caso precisaremos capacita-los  
1272 para que possam entender a resolução e aplica - lá com maior assertividade. 2) será que as  
1273 entidades não estão conseguindo demonstrar em seus planos de ação e relatórios de  
1274 atividade as ações de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos que executam que  
1275 é o que nos interessa em relação as políticas de assistência social? Nesse caso deveremos  
1276 orienta-las e darmos um prazo para as devidas adequações, será que a redação do texto da  
1277 resolução está causando interpretações equivocadas? Nesse caso deveremos indicar o que  
1278 poderia ser melhorado e refazer a resolução. Solicitação da conselheira Cristiane, que o  
1279 SERVAS possa contribuir com a ação e com o debate, sugestões, discutir em conjunto com a



1280 comissão de normas, publicisar o esforço do CNAS, enviar aos conselhos municipais a  
1281 demanda, partilhar a discussão com outros conselhos, especialmente, o CEDCA e o de  
1282 economia solidária segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável, Síntese da  
1283 discussão, dificuldade atual de compreensão da resolução 33/2011 esforço do CNAS em  
1284 elucidar as duvidas em torno da resolução. Nosso encaminhamento, criar um grupo de  
1285 discussão sobre a resolução 33, em conjunto com a comissão de normas a fim de contribuir  
1286 com o CNAS sobre essa questão. Aprovado o encaminhamento? Alguma sugestão? JUANITA:  
1287 Fala de novo, lê de novo, Volney. VOLNEY: Sobre o encaminhamento? JUANITA: Isso.  
1288 VOLNEY: Criar um grupo de discussão sobre a resolução 33/2013, em conjunto com a  
1289 comissão de normas a fim de contribuir com os conselhos municipais sobre essa questão.  
1290 JUANITA: A própria comissão de normas vai fazer. Precisa criar uma outra comissão, com  
1291 essa conjuntura de trabalho que a gente tá no CEAS com essas conferências eu acho inviável.  
1292 (vozes ao fundo) JUANITA: Das duas comissões. É as duas comissões. Isso. E não criar um  
1293 grupo de trabalho específico. O encaminhamento é que as duas comissões, políticas e normas,  
1294 discutam e apresente uma proposta, pode ser? CNAS. ROBERTA: Deixa eu só entender aqui.  
1295 Que dia que a vai ser a discussão no CNAS? Primeira pergunta. VOLNEY: foi ontem.  
1296 ROBERTA: Foi ontem, então pra que, que nós vamos criar um grupo de trabalho, que vão criar  
1297 as duas comissões que vão discutir que vão propor que vão mandar pra quem que já passou  
1298 que foi ontem. Pronto. VOLNEY: Nós não podemos elucidar pros conselhos municipais,  
1299 Roberta? Você está tendo uma dificuldade de entendimento... ROBERTA: Não, a grande  
1300 questão, é elucidar o que? Porque veja bem se a Jane mandou, A Jane mandou ponto de  
1301 interrogação pra gente dizendo assim. Olha vamos discutir no dia x, que foi ontem, e eu estou  
1302 levantando esses pontos de interrogação. A comissão discutiu ontem. Ontem foi a discussão  
1303 no CNAS, então a primeira coisa, nós temos que saber no que, que deu essa discussão. Pra  
1304 saber qual que é o processo que ela está lá pra saber alguma coisa pra passar pros  
1305 conselheiros, se não nós vamos passar x e a .... pra eles. VOLNEY: Então vão mudar o  
1306 encaminhamento solicitar ao CNAS né? ROBERTA: Não a Jane. JUANITA: Solicitar a Jane o  
1307 resultado da discussão do CNAS Pra ver se alterou alguma coisa pra ver se continua no  
1308 mesmo patamar se continuar no mesmo patamar ai sim faz a discussão em conjunto com as  
1309 duas comissões. VOLNEY: Solicitar a conselheira nacional Jane. MARCELO: A nossa técnica  
1310 que acompanhou o trabalho, ela está nos clareando o seguinte. Que de fato quando nós  
1311 detectamos que era o dia 20 o prazo então nós definimos que não iríamos mais, então, tomar  
1312 providência junto ao CNAS. Agora considerando o fato de existir já esse problema, então as  
1313 duas comissões reuniriam verificariam aquilo que é ponto que é conflitante, que é problemático,  
1314 e de alguma forma orientar o s conselhos municipais dentro daquilo que a gente aprendeu.  
1315 ROBERTA: Eu também quero defender se não nós vamos ficar discutindo gente em cima de  
1316 coisas que a gente nem sabe o que, que foi discutido lá. A gente precisa saber no que, que  
1317 deu essa discussão lá ontem pra gente partir de uma outra discussão aqui. JUANITA: Pra  
1318 depois ir pra uma outra... Corretíssimo. Se não você pode orientar uma coisa que já passou ai  
1319 o... já tá morto. Ok conselheiro Volney. VOLNEY: Solicitar a conselheira nacional Jane .... o

1320 resultado da discussão com o CNAS sobre a resolução 33/11, aliás 33. ROBERTA: Nós não  
1321 estamos tratando no é dela. Você acha. É gente (risadas) Com o CNAS é isso aí. Essa tratativa  
1322 já é da resolução minha nossa senhora. VOLNEY: Ok, ok. Ponto 4. Ofício 45/2013 da prefeitura  
1323 municipal de Pitangui, em resposta ao ofício do CEAS 182/2013. Referente a denuncia de que  
1324 a assistente social do município, possui 3 cargos. Só comparece 2 vezes por semana,  
1325 Tratativa, foi realizado uma consulta no .... Para verificar a questão da assistente social,  
1326 Luciene Angélica Da Costa Duarte, constando que a mesma possui como função a de  
1327 assistente social é servidora temporária e conselheira suplente do CNAS. Ainda não foi  
1328 conseguido verificar no.... se a profissional constava no quadro de alguma entidade no  
1329 município. Informa que a servidora foi selecionada para a prefeitura através de processo  
1330 seletivo realizado no ano de 2011 com o cargo horário de 30 horas semanais e que presta  
1331 serviço na associação de proteção a menor. Entidade inscrita no CNAS, porém sem vínculo no  
1332 quadro de recursos humanos ou prefeitura municipal. Não trazendo prejuízos para o  
1333 desenvolvimento de serviços socioassistenciais. A constituição de 88 prevê o direito a  
1334 professores e médicos que atuam em cargos públicos o acúmulo de dois cargos ou empregos  
1335 duplo vínculo. A emenda constitucional nº 34 de 13/12/2001 ampliou essa possibilidade a todos  
1336 os profissionais com profissão regulamentada, considerados profissionais da área da saúde.  
1337 No entendimento do conjunto Cefess/Cress embasado no parecer do conselho nacional de  
1338 saúde N 218/97 na resolução do Cefess 383/99 o assistente social é expressamente  
1339 reconhecido como profissional da saúde quando atua ou desenvolve suas atribuições  
1340 profissionais nessa ala. Segundo o parecer jurídico do Cefess o assistente social poderá  
1341 acumular 2 empregos públicos sendo que um necessariamente tem que ser na área da saúde.  
1342 Existem, porém, interpretações jurídicas diferenciadas de órgãos públicos. Alguns entendem  
1343 que os dois vínculos devem ser nessa área, o que pode representar um desafio à perspectiva  
1344 de garantia desse direito ao assistente social, demanda essa que deve ser encaminhada junto  
1345 às entidades trabalhistas sindicais. Não houve entendimento técnico sobre o que o secretário  
1346 municipal de desenvolvimento social quis dizer com. Porém sem vínculo do quadro de recursos  
1347 humanos com a prefeitura municipal. Não há resposta clara se as entidades são mantidas pela  
1348 prefeitura. Não houve resposta ao ofício do CEAS 181 ao conselho municipal de Pitangui, cuja  
1349 data para resposta era até 9/8. Nossa sugestão, Reiterar o ofício ao conselho municipal e pedir  
1350 esclarecimentos não quanto ao quadro de recursos humanos, mas quanto à manutenção das  
1351 entidades pela prefeitura. Bom, encaminhamento. Reiterar o ofício ao conselho municipal de  
1352 Pitangui e solicitar esclarecimentos em relação à manutenção dessas entidades pela prefeitura.  
1353 (vozes ao fundo) VOLNEY: Ponto 4. Ok? Aprovado o encaminhamento? ROBERTA: Eu não  
1354 sei. A mim me parece que tem uma questão de plano de fundo aí que a gente precisava  
1355 apurar. Vou dizer o porquê, porque assim, se ela tiver , são 6 horas, se ela estiver em dois  
1356 empregos, a entidade e a assistência, do ponto de vista legal acho que não tem como. Agora  
1357 do ponto de vista ético, é que eu coloco o seguinte. Essa prefeitura ao financiar essa rede de  
1358 serviços, ela seria uma pessoa, um trabalhador, que teria tráfico de influência em qualquer  
1359 processo licitatório, entendeu. Você poderia ter essa abertura de risco desse tipo de coisa. Eu

1360 estou colocando que seria uma questão pra ser indagada por que assim, no estado, me parece  
1361 que assim, a não ser cargo aí eu não sei como que é servidor, cargo é que você não pode não  
1362 é? Agora servidor eu não sei como que é um servidor o que tem que trabalha numa entidade e  
1363 trabalha num estado e você tem todo o acesso às informações de concorrência de  
1364 financiamento. Isso é que eu não sei, estou colocando aqui. JUANITA: Eu acho que a questão  
1365 é outra ainda, a questão do ofício. A assistente social ela tem 3 cargos, ela possui 3 cargos em  
1366 2 entidades e 1 na prefeitura municipal. Ela só comparece na prefeitura, 2 vezes na semana. O  
1367 que tem que observar aí, penso eu, se o cargo dela na prefeitura, é a cargo horário. E lá no ...  
1368 já olhou. Se lá no .... já falou que é 30 horas então ela está infringindo. Ela vai 2 dias da  
1369 semana. Não é? ( discussão ao fundo) ISABELA: Mas aqui tem que ver se no contrato de  
1370 trabalho dela, por que aí depende também do regime de horas diárias. Por que você pode  
1371 trabalhar 20 horas e 8 horas ou 30, mas depende da fora como ela foi contratada. Agora volta  
1372 a questão que já foi discutida na outra plenária aqui. Que se a entidade for mantida, ela pode  
1373 ter 2 empregos, desde que a entidade, ela tiver cumprindo o cargo horário dela e que a  
1374 entidade não seja mantida pela prefeitura que foi o que estava escrito lá. Se ela for aí é que  
1375 está o impedimento que ela não pode receber 2 salários da mesa fonte pagadora. Mesmo se  
1376 ela trabalhar a noite se o dinheiro vir da prefeitura não pode. Se a entidade for privada e pagar  
1377 o salário dela com o dinheiro da entidade aí pode. MARCELO: Gente, é.. Marcelo... os dados  
1378 aqui não nos dão condições, nós estamos indo em cima de subjetividades que a gente não tem  
1379 a concretude, porque se nós formos aprofundar muito. Nós vamos ter que verificar em todos os  
1380 municípios em todos os contratos de profissionais que estão nesses municípios todos. Sim eu  
1381 sei, mas de uma denúncia pode surgir uma demanda para o estado. Não eu não estou  
1382 defendendo o fato do assistente estar fazendo isso não. É que a gente precisa como falou a  
1383 Isabela de ver o que, que está no contrato. Por que pode ser que o que está escrito o CAD não  
1384 seja uma realidade. Isso a gente já presenciou em algumas situações que os dados de  
1385 pesquisa de senso, muitas das vezes não correspondem a realidade. Então a gente tem que  
1386 ter a segurança de conhecer o documento para poder tomar alguma mediada se for o caso.  
1387 ROBERTA: É pra apurar a denuncia. Por que se está reiterado o ofício e a gente não obtém  
1388 resposta a minha questão também é isso. Vamos abrir o processo e apurar a denuncia então.  
1389 (vozes ao fundo) JUANITA: Então é solicitar novamente. ROBERTA: Então não é só o  
1390 conselho. Nós vamos ter que pedir também ao gestor municipal. Mandar copia do contrato  
1391 dela. JUANITA: O CEAS faz essa intervenção junto com o conselho municipal. E encaminha  
1392 pra SEDESE pra apuração também, igual todo caso de denúncia. Ponto 5. VOLNEY: E pra  
1393 SEDESE também não é, JUANITA? É pra SEDESE também não é? E a SEDESE para a  
1394 apuração Érika. ROBERTA: Apuração não. Coleta de dados. VOLNEY: Coleta de dados.  
1395 ROBERTA: Coleta de informação não é de dados não. VOLNEY: Ponto 5. E-mail de uma  
1396 funcionária do município de Caratinga, informando questões afetas, informando possíveis  
1397 irregularidades em relação à utilização dos recursos do IGD, ausência de PPAS. Data de  
1398 recebimentos 1/7. Tratativa, Definido pela mesa diretora do CEAS reunido dia 12/7. Pelo  
1399 encaminhamento do ofício 174/13 solicitando ao CNAS de Caratinga, esclarecimentos de

1400 quanto aos fatos apresentados. Foi aberto o processo conforme disposto com a resolução  
1401 363/2011 do CEAS. Em resposta do ofício a ... 174/2013, enviado em 16/7. O conselho  
1402 municipal retornou o e-mail informando que fará a apuração necessária e que enviará o mais  
1403 breve possível o resultado ao CEAS. Sugestão, responder o e-mail definido um prazo e solicitar  
1404 a SEDESE informações quanto a utilização correta dos recursos do IGD do município em  
1405 questão. JUANITA: A SEDESE já respondeu. A questão das informações do gasto do IGD do  
1406 município de Caratinga. Já. A SEDESE já mandou para o CEAS. Ai tem que tirar aí porque a  
1407 vocês já mandaram e a SEDESE já enviou pra cá. Não ali não está não. VOLNEY: Então o  
1408 encaminhamento que nós demos né. A comissão propõe enviar o ofício ao conselho municipal  
1409 de Caratinga definindo um prazo, até 13/9, antes da próxima plenária. Para que responda aos  
1410 CEAS as questões do ofício levantadas 174. O prazo de 13/9 foi sugerido tendo em vista a  
1411 184ª plenária está prevista para o dia 20/9 havendo assim a possibilidade de tratar dessa  
1412 discussão nessa plenária. JUANITA: Antes da gente olhar nossa data, nossa possibilidade,  
1413 temos que olhar pro município lá será que o conselho lá vais e reunir pra deliberar sobre isso,  
1414 sobre essas informações até essa data, por exemplo, o que ,que a SEDESE faz quando solicita  
1415 de alguma informação complementar do município e solicita deliberação do conselho. A gente  
1416 sempre dar um mês de antecedência, pra que ele tenha a reunião dele ordinária para fazer a  
1417 deliberação. VOLNEY: Então você quer que .... essa data aí, né!? JUANITA: É por que hoje  
1418 estamos quanto 23 de setembro. Teria que dar para o município pelo menos um mês.  
1419 ROBERTA: Por que, que tem que ser na próxima plenária? (vozes ao fundo) JUANITA: Eu  
1420 sugiro um mês de prazo, pra que o conselho tenha tempo de se reunir e analisar... Eu sugiro,  
1421 por que, que a gente não pode dar 30 dias. Chega aqui no CEAS a gente faz a tratativa. 30  
1422 Dias na hora que for expedir o ofício, 30 dias. VOLNEY: Informes, ofício ... 648/2003 datado de  
1423 6/8/2003 encaminhado resolução da CIB 0506 de 2013. A resolução 05 é da gestão inicial para  
1424 base dos municípios, Antônio Carlos, Coimbra, Mario Campos, Ritópolis. E a 06 dispõe sobre  
1425 acompanhamento, assessoramento e apoio ao município por meio de plano de providência  
1426 firmado entre o município de Ipatinga e o estado de Minas. Informe 2 – E-mail da SEDESE  
1427 informando... JUANITA: Só um minutinho Volney. Com a relação a esse ofício da SEDESE, o  
1428 conselho, eu penso, que tem que encaminhar um ofício para o conselho municipal de  
1429 assistência informando pro conselho municipal de assistência que a gestão do município foi  
1430 alterada conforme a resolução da .... Que a partir daí o município tem outras responsabilidades  
1431 no âmbito do SUAS dentre elas a oferta do serviço descentralizado. Porque é uma  
1432 competência do conselho fazer isso. E a outra coisa é sobre esse plano de providência firmado  
1433 entre o município de Ipatinga o conselho estadual tem que comunicar o município também por  
1434 uma cópia do plano, até para o conselho municipal monitorar a execução. ROBERTA: Então  
1435 isso também não seria para a comissão de apoio, gente. Essas informações não são da  
1436 comissão de política não. A comissão de apoio aos conselhos é que tem que capitanear todas  
1437 essas informações e subsidiar os conselhos municipais com essas informações, essa  
1438 informação tá errada na comissão de política ué. E na comissão de apoio aos conselhos.  
1439 JUANITA: então transfere pra política e já vai com encaminhamento pra comissão de apoio

1440 acompanhar, ok. Pode ir Volney. VOLNEY: Informe 2 e-mail da SEDESE informando para  
1441 técnico que concorre para o CEAS do município de Santana do Paraíso, que solicitou apoio  
1442 para a construção de PPA, constando anexos e detalhamento de projeto considerando o nível  
1443 de informação contidas nas orientações, a secretária executiva do CEAS entendeu oportuno  
1444 participar a comissão de política e outras se for o entendimento. JUANITA: eu vou só fazer um  
1445 esclarecimento, veio um e-mail pra esse CEAS solicitando apoio na construção do P, não é  
1446 PAA não, é PPA do município e o CEAS solicitou a SEDESE para que, se tinha condições de  
1447 fazer a orientação considerando que o CEAS não tinha. Aí a SEDESE encaminhou para o  
1448 município com cópia para o CEAS as orientações que são dadas para o gestor na elaboração  
1449 do PPA, de que forma que tem que ser incluída a questão da assistência, aí a secretaria  
1450 executiva tá achando oportuno multiplicar a informação para todos os conselheiros para  
1451 conhecimento da orientação. ROBERTA: Aí Juanita eu quero chamar a atenção, pra a gente  
1452 ficar atento inclusive na mesa diretora na hora de distribuir essas informações, porque se é um  
1453 informe que vai pra plenário e conselheiro ela não pode ir pra comissão de política, quer dizer,  
1454 só nesses dois informes a comissão de política recebeu dois encaminhamentos que não eram  
1455 pra gente, então aí eu chamo a atenção da secretaria executiva pra ficar atento nisso, porque  
1456 numa dessa também pode até passar batido na nossa comissão e se o entendimento é esse,  
1457 então que venha da própria presidência para o plenário como um todo ué. JUANITA: Perfeito  
1458 Roberta, encerrou? Encerramos a comissão de política, vamos retornar a comissão de apoio  
1459 conselheira Henedina. HENEDINA: Boa Tarde a todos! Henedina, comissão de apoio, e  
1460 estiveram presentes na comissão de apoio André Luiz Oliveira, Hélio Norberto e Henedina Dias  
1461 Fernandes, e André Luiz pediu pra justificar a ausência de manhã eu falei, mas não se ouviu,  
1462 para justificar a ausência do André Luiz. JUANITA: É porque não veio, não chegou aqui na  
1463 mesa nenhuma justificativa por isso que eu, eu ouvi, mas na verdade como não chegou aqui,  
1464 não sei como que chegou pra você, ele te ligou? HENEDINA: Não ontem ele falou na comissão  
1465 de apoio. JUANITA: É porque não veio pra cá. HENEDINA: Então, item um, é processo de  
1466 denuncia referente ao município de Patrocínio, data de realização, 13/03/2013, referências  
1467 legais entre outras, sequência de processo de denuncia, autoritarismo e desrespeito do gestor  
1468 aos funcionários e ao CMAS, negativa do gestor em custear viagem de conselheiros para  
1469 eventos relativos aos serviços, cursos e plenária descentralizada em Montes Claros,  
1470 contratação de empresa para ministrar 891 horas aulas de inglês para adolescentes do pro  
1471 jovem adolescente, durante 1 ano, contratação de empresa para a realização de festa de  
1472 formatura do pro jovem 2011, não reprogramação de saldos do piso PIC 2011. Tratativa  
1473 Técnica, o Município é co-financiado com recursos do governo estadual, no valor de R\$  
1474 38.571,38 esse é o saldo em conta, e federal no valor de R\$ 1.533, 75 no ano de 2012,  
1475 informado pelo gestor municipal, há um saldo pra reprogramação em 2012 no valor de R\$  
1476 147.056,78 e o saldo do demonstrativo anual no valor de R\$ 14.313,23 informo ainda não ter  
1477 sobre a execução dos recursos no ano de 2012, pois os instrumentos ainda serão preenchidos  
1478 pelos municípios. No caso aqui é um demonstrativo anual, ainda está aberto segundo  
1479 informação da SEDESE, não é isso Regina? JUANITA: O demonstrativo Federal que ainda

1480 está aberto o prazo é até 31/08. O do estado não. HENEDINA: pois é, ele tá falando aqui a  
1481 reprogramação de 147 mil, esse aí seria estadual? JUANITA: Não sei. HENEDINA: que foi  
1482 informação do CAD-SUAS. Federal? JUANITA: CAD-SUAS é Federal. HENEDINA: Verificado  
1483 no CAD-SUAS, ficou faltando um D aí no CAD-SUAS constatando não haver pendência ou  
1484 retenção de verba por irregularidades na execução do serviço, consta o recebimento de verba  
1485 pela equipe volante, porem ainda não houve a implantação do serviço no município, Informado  
1486 pela SEDESE não haver informação quanto à reprogramação de saldos, pois o período de  
1487 recebimento do demonstrativo ainda não foi finalizado. JUANITA: Eu só quero fazer uma  
1488 correção aí, no CAD-SUAS não obtêm essas informações que estão listadas aqui não, o CAD-  
1489 SUAS é um sistema de cadastro, e não têm essas informações, o CAD-SUAS é declaratórios  
1490 onde são cadastrados todos os servidores, o tipo de vínculo que ele tem, das entidades,  
1491 estrutura de conselheiros, agora esse tipo de informação não tem não. HENEDINA: Na  
1492 verdade eu estou lembrando aqui é SUASWEB, relatório de informação, que aparece lá todos  
1493 os dados do município. Que também não é no CAD-SUAS é no SUASWEB. Então no caso aí  
1494 tem que fazer essa correção, não é? (vozes ao fundo) Já está sendo feito. HENEDINA: Pode  
1495 passar? Síntese da discussão no caso das apurações realizadas, no caso vai ter que rever  
1496 aqui também né, No CAD-SUAS quanto ao recebimento e aplicação dos recursos e  
1497 informações prestadas pela SEDESE quanto ao demonstrativo em preenchimento a comissão  
1498 concluiu não haver comprovação de pendências financeiras e as demais questões  
1499 apresentadas extrapolam a competência desse conselho que é a questão aí do autoritarismo,  
1500 da negativa do gestor, da contratação da empresa aí, então a gente discutiu lá na comissão  
1501 que isso não compete ao conselho, intervir aí junto ao município. JUANITA: Qual que é o  
1502 encaminhamento? HENEDINA: sugere, no entanto, a diligência ao município para orientação  
1503 quanto as competências do CMAS, porém aí com o novo decreto eu não sei se vai ser  
1504 aprovado aí por essa plenária. Nesse caso aí, o encaminhamento gerado para deliberação em  
1505 plenária seria deliberar a diligência de um conselheiro para o município para orientações.  
1506 JUANITA: Então, Henedina, eu queria só pensar com a comissão e com os conselheiros da  
1507 seguinte forma, eu entendo as únicas coisas apresentadas na denuncia de irregularidade, entre  
1508 aspas, vamos dizer assim, é em relação à negativa do gestor em custear viagem de  
1509 conselheiros para viagens relativas aos serviços, cursos e plenária descentralizada em Montes  
1510 Claros, e o outro a não reprogramação de saldo do PIS porque as outras questões eu acho que  
1511 inclusive a gente tem que orientar, mas não precisa ir lá, na diligência. Pode ser por meio de  
1512 um ofício para o conselho, se a denúncia for do conselho, com relação à contratação de  
1513 empresa para ministrar curso de inglês para adolescente do ProJovem, qual o problema que  
1514 tem nisso aqui? Não tem nenhum, né? Porque o ProJovem prevê isso então não existe  
1515 irregularidade, outra coisa também é contratação de empresa para a realização de festa de  
1516 formatura do ProJovem, porque que os jovens não podem ter uma festa de formatura bacana  
1517 né? Então é assim, é esclarecer essas questões, as outras o próprio conselho tem como fazer  
1518 uma ação interventiva dentro do município e aí é com relação a não aprovar a prestação e  
1519 contas do gestor, se ele não reprogramou o saldo, como é que o conselho vai aprovar, não vai

1520 né, o município vai ficar inadimplente no sistema, eu entendo que teria que ser um ofício do  
1521 CEAS esclarecendo o conselho nesse sentido, né? Que não significa... não tem a necessidade  
1522 de ir lá fazer uma orientação ao vivo assim, vamos dizer né. Principalmente... não é isso  
1523 conselheiro Marcelo? Marcela. Desculpa, é Roberta. ROBERTA: Eu só queria endossar que  
1524 esse esclarecimento eu acho que vai a linha toda do, a mim me parece que é o conselho  
1525 municipal que não está compreendendo o seu papel, entendeu, porque veja bem, se os  
1526 adolescentes merecem ou não uma festa, eu só acho que não é bem essa a discussão não,  
1527 porque por exemplo, aqui o conselho estadual aprova todo o planejamento de gastos da  
1528 SEDESE, né? A receita e a despesa que nós temos, se caso, a SEDESE faz uma despesa que  
1529 não é de comum acordo quando a gente apresenta prestação de contas, ou aprova com  
1530 ressalva ou tosa, porque esse é o papel, e não é nem julgar o valor, julgar a questão do, eu  
1531 diria assim, o valor de, se merece ou se não merece, eu acho que a discussão não é essa, o  
1532 juízo de valor, é orientar o conselho municipal o seguinte, todas as despesas do gestor  
1533 municipal ele tem por obrigação passar por um planejamento que é aprovado pelo conselho, e  
1534 as suas despesas tem que ser aprovadas, as suas contas tem que ser aprovadas, aí sim se faz  
1535 esse debate, e somente o conselho municipal pode fazer esse debate, se ele acha que é  
1536 pertinente por exemplo, lá no município ele não fazer esse gasto, que ele poderia fazer outro  
1537 gasto, é o que ele pode fazer, e o colegiado aprova ou não aprova, isso é questão de ressalva,  
1538 e a mesma coisa tem a ver com reprogramação e tal, me parece que a orientação é passar um  
1539 documento para o conselho, não seria nem um ofício, é uma nota técnica esclarecendo esses  
1540 pontos de qual que é o papel dele, entendeu, o papel dele quando ele traduz isso aí que ele tá  
1541 reclamando, ele tem que fazer, ele tem toda a legitimidade de fazer, isso e isso e isso e isso,  
1542 pronto. Entendeu, pra orientar o que ele tem que fazer, e eu acho que vai além de um ofício, é  
1543 uma nota técnica, com esses pontos dizendo, nesse caso você faz isso, nesse caso você faz  
1544 isso, nesse caso você faz isso. Pronto. HENEDINA: Pois é, porque pelo visto, nesse caso eu  
1545 não se uma intriga aí entre o conselho e o gestor, porque essa questão aí é igual você tá  
1546 falando no caso aí, lá na prestação de contas, vai depender do conselho, então o conselho  
1547 pode aprovar com ressalvas ou não aprovar né então.... ROBERTA: E aquele colegiado que  
1548 faça então a discussão, só eles podem fazer. HENEDINA: E quanto também às aulas de inglês  
1549 também acho que eles acharam que estava meio que fora da realidade do município, mas isso  
1550 aí não tem como o conselho intervir na situação. (Vozes ao Fundo) JUANITA: Então o  
1551 encaminhamento pode ser encaminhado a nota técnica ao conselho senhores conselheiros?  
1552 Ok Aprovado. Finalizamos a comissão de apoio? E agora a comissão de normas. MÁRCIO:  
1553 Boa Tarde a todos! Estiveram presentes na comissão de normas, Guilhermina, Isabela, Márcio  
1554 e Rosilene. Bom, nós somos dois pontos na comissão o primeiro ponto ele é recorrente na  
1555 última plenária nós trouxemos, ouve deliberação, mas ouve uma informação diferente, que nos  
1556 traz a necessidade de trazer para esse plenário novamente, o tema é sobre uma orientação  
1557 sobre a legitimidade do NASDIV que é o novo grupo de assistência social de Divinópolis  
1558 participar do processo de escolha para a presidência do conselho municipal de assistência  
1559 social do município que vai ocorrer no dia 28 de agosto, o primeiro e-mail enviado para este

1560 conselho, em julho, do senhor Maicon Marques, vice-presidente do conselho municipal de  
1561 Divinópolis, informa ser conselheiro, representante dos trabalhadores da área do núcleo, pelo  
1562 núcleo de assistência social de Divinópolis, NASDIV o mesmo relata que a gestão municipal de  
1563 assistência social desrespeitou o regimento interno da nona conferência municipal de  
1564 assistência social em relação a eleição dos delegados para a representação do município na  
1565 décima conferência estadual de assistência social e denuncia que o gestor está querendo  
1566 boicotar o processo de eleição dos trabalhadores da sociedade civil para composição do  
1567 conselho municipal e justifica que a motivação para esse fato é que a presidência do conselho  
1568 municipal deve ser assumida por representante da sociedade civil no próximo mandato que é  
1569 de 2013 a 2015. No segundo e-mail enviado dia 13 de agosto, pelo núcleo de assistência social  
1570 de Divinópolis, o remetente se identifica como conselheiro representante do NASDIV e solicita  
1571 ao CEAS orientação e informação urgente quanto à legalidade da representação do NASDIV  
1572 no conselho de assistência social de Divinópolis, informou que o NASDIV se apresentou para a  
1573 reeleição na composição da nova gestão de conselheiros do conselho para o mandato do  
1574 período de 2013 a 2015, no entanto, alega que a gestão municipal tenha apresentado  
1575 questionamentos e tentando de forma indireta impedir que o NASDIV assuma a presidência do  
1576 conselho municipal. Sobre o mesmo assunto, recebemos um terceiro e-mail enviado pela  
1577 secretaria executiva do conselho municipal de Divinópolis que informou que a entidade  
1578 NASDIV deseja pleitear a presidência do conselho, no dia 28 de agosto, na eleição da mesa  
1579 diretora, assim solicita esclarecimento sobre a legitimidade da entidade concorrer à presidência  
1580 da mesa diretora, alegando que o NASDIV não possui documentação no conselho municipal e  
1581 não sabem os dados da diretoria e nem o CNPJ dessa entidade. JUANITA: Mas ela não tem  
1582 assento no conselho, conselheiro? MÁRCIO: Esse é que é o grande embrulho... é o grupo de  
1583 assistência sociais, não tem caráter jurídico, bom as referências as quais foram feitas a esse,  
1584 essa tratativa, resolução do conselho nacional, resoluções do conselho municipal de  
1585 Divinópolis os anexos dessas resoluções, resolução do conselho nacional que é a 237 a 23, os  
1586 e-mails do conselho do senhor Maicon e do núcleo, fichas de delegados eleitos para a décima  
1587 conferência, resolução do CREAS e portarias número 15, do CREAS, Bom durante toda a  
1588 tratativa técnica que foi feita, acho que é um texto muito longo, eu vou cair lá pra síntese da  
1589 discussão que é mais objetiva a gente entendeu na comissão que o NASDIV não pode ser  
1590 caracterizado como entidade por não ter formato jurídico, e ser um núcleo de discussão política  
1591 e não de representação dos trabalhadores na área, porém ganhou pela segunda vez no  
1592 processo de escolha do conselho municipal de Divinópolis para ocupar a vaga de  
1593 trabalhadores da área dia 25 de julho, atualmente pleiteia concorrer a presidência da mesa  
1594 diretora visto que na alternância a mandato seria para a sociedade civil, e como conselheiro  
1595 habilitado e eleito para 2013 a 2015 ele tem esse direito. (Vozes ao Fundo) MÁRCIO: Bom o  
1596 encaminhamento sugerido pela comissão. Solicitar ao CRESS informações sobre as  
1597 atribuições e competências dos núcleos de assistência social, NAS, e parecer sobre a situação  
1598 apresentada no conselho municipal de Divinópolis visto que há divergências, pois se trata de  
1599 uma organização política que não tem personalidade jurídica, porém foi legitimada pelo



1600 conselho municipal de Divinópolis quando eleita para o seu segundo mandato, este é o  
1601 encaminhamento da comissão. JUANITA: Em discussão com a conselheira Roberta.  
1602 ROBERTA: Eu trocaria o encaminhamento, Márcio, eu acho o seguinte, até porque assim, a  
1603 mim me parece que o conselho o colegiado errou que é passivo de erro. E a gente entende o  
1604 seguinte, eu estou avaliando o ponto de vista legal, do ponto de vista de articulação e de  
1605 capacidade pra articula. Se você tem um grupo que tem conteúdo na área que tem uma  
1606 articulação, tem uma capacidade de articulação, ele consegue fazer isso porque ele manipula.  
1607 Esse é o processo democrático, isso aí não tem nem o que discutir. Ele vai pra uma disputa, se  
1608 ele tem uma capacidade de articulação maior ele vai articular e vai ganhar. Porque ele chega  
1609 ao colegiado, ele tem uma capacidade discursiva maior e ele vai bancar aquela questão e ele  
1610 ganha. E isto nos parece que o conselho de Divinópolis, errou pela primeira vez, errou pela  
1611 segunda e eu estou entendendo que é em função, consequência, dessa capacidade de  
1612 articulação que esse núcleo tem, porque não é um núcleo trivial é um núcleo de assistente  
1613 social. Que está brigando por um espaço dentro de uma pasta que eles dominam muito bem.  
1614 Sabe trâmite, percorre esse trâmite aí tranquilamente. Não é, por exemplo, um núcleo de um  
1615 trabalhador completamente fora dessa pasta. Então me parece que a regra é muito clara do  
1616 ponto de vista da composição de conselhos é entidade com personalidade jurídica, o fato de o  
1617 conselho ter errado, no meu entendimento, não faculta uma sucessão de erros. Porque ele  
1618 quer ir pra presidência, Porque ele já está errado de estar para o conselho por que ele não é  
1619 uma entidade. Agora ir pra presidência. O conselho te que tomar uma posição de dizer assim,  
1620 A composição do conselho, aí tem que resgatar inclusive, a lei que criou o conselho deles que  
1621 deve falar de entidades juridicamente composta. E tem que se pautar nisso, Por que se não  
1622 todas essas capacidades informais de articulação elas vão criando esses espaços. Porque da  
1623 mesma fora a gente na permite, por exemplo, quando você vai trabalhar com uma rede de  
1624 entidade privada lá numa rede de assistência socioassistencial, se ela não estiver  
1625 juridicamente composta, institucionalmente você não tem como ocupar esse espaço. Você já  
1626 não pode partir desse princípio de criar uma legitimidade por causa desse erro do colegiado.  
1627 Minha posição é essa de encaminhar e definir pautado na lei deles de que compõe o conselho  
1628 entidades compostas jurídicas. MÁRCIO: Só pra terminar, o que a comissão entende é que a  
1629 legitimação foi dada pelo conselho. Então é como o CEAS vai estar nesse aspecto no ponto de  
1630 vista dessa. Sim, mas a nossa competência de falar nesse município que eles. ROBERTA:  
1631 Esse recurso que a pessoa está usando do conselho estadual, que ele está acima ele ta  
1632 entrando com recurso no conselho estadual ele está dizendo assim, existe uma irregularidade  
1633 no conselho municipal e eu só posso recorrer ao conselho estadual, e se o conselho estadual  
1634 não der resposta ele ainda pode ir ao nacional como recurso. Isso é uma tramitação do  
1635 sistema. MÁRCIO: Mas esse daqui não se tratou de uma denúncia foi uma solicitação de  
1636 orientação. SÉRGIO: Mas então Márcio, a orientação é essa. Você vai referendar um erro em  
1637 cima de outro. JUANITA: Conselheiro Marcelo, por favor. MARCELO: Nós estamos discutindo  
1638 se é um equívoco ou não. A posição da conselheira Roberta mesmo. Nós temos que analisar a  
1639 proposta do sistema único de assistência social e ampliar o processo democrático de

1640 participação das entidades. Das entidades e das organizações de trabalhadores, organizações  
1641 de usuários, a gente já está admitindo que o usuário por si só participe de conselhos. Então a  
1642 amplitude da discussão é muito rica. Desde que participe de um fórum, isso. Nós podemos  
1643 entender que as organizações de trabalhadores também poderiam ser num fórum de  
1644 trabalhadores em um determinado município que entre eles definam o nome de determinada  
1645 pessoa pra por no conselho. Então assim, eu acho que é mais ampla a discussão. Existem  
1646 situações em que se reúnem grupos de trabalhadores que em determinada categoria, e lá  
1647 entre eles, eles definem qual é o nome que vai concorrer ao conselho, vários municípios na  
1648 sua maioria trabalham dessa forma, porque se não, não teríamos participações de  
1649 trabalhadores nesse nosso estado, porque imaginemos. O conselho de psicologia, o sindicato  
1650 de psicologia o conselho de serviço social é impossível pra esses conselhos fazer uma  
1651 indicação nos 843 municípios. Até mesmo pela falta de condições de se articular com essas  
1652 pessoas que vão representar. Então eu penso que nós não poderíamos ser tão radicais ao  
1653 ponto de dizer que não é legítima a participação. Por um lado. Por um lado. Então quando a  
1654 gente trata dessa questão aqui, nós temos a, a gente entende que o núcleo de assistentes  
1655 sociais, ele não é uma pessoa capaz de participar do processo. Porque não é uma entidade e  
1656 nem é um grupo. Ele é vinculado ao CRESS dentro da participação política do CRESS. Agora  
1657 penso eu se este núcleo reunido com a sua categoria, entre eles falam assim, olha gente o  
1658 nome que nós iremos indicar pra compor o conselho pra participar do processo. ROBERTA:  
1659 Como trabalhador. MARCELO: Como trabalhador. Vai ser Rosilene. A Rosilene que vai  
1660 disputar. Ela como trabalhador, mas agora o núcleo chegar lá e... falar: "olha eu sou o  
1661 candidato a uma cadeira". Nós vamos dizer que estão equivocados, quando vocês solicitam do  
1662 CRESS uma posição talvez deva ser para ter uma segurança mais consistente não sei.  
1663 ROBERTA: é porque aí Marcelo, só engrossando o que você tá falando, por exemplo, se a lei  
1664 do conselho municipal de Divinópolis está assim, um representante do fórum de trabalhadores,  
1665 não tem problema nenhum fórum de trabalhadores, agora se ele está concorrendo, me pareceu  
1666 aqui, que é entidade. MÁRCIO: Exato, no regimento da eleição do município consta lá 1 vaga  
1667 para trabalhadores de entidades ou organizações de trabalhadores. O próprio regimento  
1668 interno da conferência permite. ROBERTA: Não é regimento eu estou falando da lei...  
1669 JUANITA: A lei de criação de conselho. MÁRCIO: Não a lei, nós não nos ativemos à lei.  
1670 ROBERTA: não tem que ser a lei, porque regimento de conferência é conforme a conjuntura,  
1671 nós estamos discutindo aqui é a questão de eles serem conselheiros e irem pra presidente.  
1672 Agora qual que é a cadeira que eles estão almejando. JUANITA: A lei de conselho permite, a  
1673 lei do conselho municipal permite. Já foi analisado isso, não foi? MÁRCIO: Foi. (vozes ao  
1674 fundo) JUANITA: Da identificação da identificação da sociedade civil, 1 representante de  
1675 usuário de assistência social, 5 representantes de entidade ou organização social de  
1676 atendimento, aí lista qual, depois, 1 representação de entidade ou organização social de  
1677 defesa de direitos, depois 1 representação de entidade ou organização social de  
1678 assessoramento e por fim, 1 de entidade ou organização social de trabalhadores da área de  
1679 assistência social. Então se essa entidade. MARCELO: Só um esclarecimento colegas, o

1680 núcleo de assistentes sociais, ele não é de trabalhadores, ele é da categoria de assistentes  
1681 sociais. Ele congrega todo um grupo de assistentes sociais por isso que a gente entende que o  
1682 núcleo ter o assento está errado, agora o profissional que está lá, na nossa ... ele está lá não  
1683 está errado não. (vozes ao fundo) JUANITA: tem alguma outra indicação pra encaminhamento.  
1684 ROBERTA: Eu vou insistir com isso que é o seguinte, uma coisa é encaminhar pro CRES e ele  
1685 vai dizer o que, que é que o núcleo faz, ele vai falar assim, faz isso, isso e isso. Agora o que  
1686 eu... a gente está discutindo aqui que se o conselho ou qualquer coisa vamos encaminhar  
1687 então pro nosso parecer jurídico pra nos dar essa resposta. Mandar lei, mandar o projeto de lei  
1688 da "coisa" e mandam elas clarearem esse questionamento para nós. JUANITA: Mandar a lei do  
1689 conselho a Rosilene, tá escrito eu comi mosca aqui na Rosilene. ROSILENE: Mas a parte que  
1690 eu ia falar o Marcelo já colocou, vou só reforçar. O núcleo de trabalhadores da área,  
1691 trabalhadores da área em que esteja. Saúde, educação, empresa, organização. Mas não da  
1692 mesma área, da área de assistência. Por que o fórum ele representa os trabalhadores da  
1693 assistência, na do SUAS. E aí quando a gente colocou aqui, solicitar o CRESS essa  
1694 informação é pra realmente ter, o conselho vai ter o respaldo que vai ter a informação de que o  
1695 núcleo não é uma entidade, de que ele não é uma organização dos trabalhadores da área.  
1696 MÁRCIO: a comissão incluiu também o encaminhamento sugerido pela conselheira Roberta,  
1697 que é encaminhar a SEDESE, parecer jurídico, a solicitação de parecer jurídico sobre a  
1698 situação apresentada. JUANITA: podemos passar dessa forma o encaminhamento senhores?  
1699 Aprovado, Márcio. MÁRCIO: Ponto dois - relatório final de atividades do posto de atendimento  
1700 social do PAS da CGH da Farias, a data do recebimento dia 10 de julho e as referências legais,  
1701 resolução do CEAS 411/12 publicada dia primeiro de agosto de 2012 que comprovou a  
1702 implementação do plano de assistência social do PAS barragem e determinou que o  
1703 equipamento ficasse aberto por um período de seis meses após o início da geração de energia  
1704 e o ofício 05 do conselho municipal de assistência social 2013 de Guanhães, de 2013 de  
1705 agosto de 2013. A tratativa técnica protocolado no CEAS o relatório do fechamento do posto de  
1706 atendimento social do PAS da CGH Farias instalado no município de Guanhães o relatório  
1707 apresenta as informações desenvolvidas pelo PAS atendendo a resolução do CEAS 411/2012  
1708 publicada em primeiro de agosto que comprovou sua implementação e determinou que o posto  
1709 de atendimento social ficasse aberto por um período de seis meses após o início da geração de  
1710 energia solicitado ao conselho municipal de Guanhães por meio do ofício 203 do CEAS  
1711 manifestação sobre o referido relatório para subsidiar a deliberação do CEAS por meio do  
1712 ofício numero 05 do conselho municipal de assistência social de Guanhães protocolado no  
1713 CEAS informou que em visita técnica realizada em diversos momentos a comunidade  
1714 desconhece qualquer atividade desenvolvida pelo PAS, bem como a segunda etapa do projeto  
1715 de atividades manuais desenvolvidas no ano de 2012 considerando a manifestação do  
1716 conselho municipal de assistência social de Guanhães do desconhecimento das ações do  
1717 posto de atendimento no período proposto pela resolução. Ainda a experiência do referido do  
1718 conselho municipal do acompanhamento das áreas do município atingido por cinco usinas e a  
1719 trajetória do empreendedor HY BRAZIL no CEAS em relação aos seus treze empreendimentos

1720 todos CGH, destes, oito CGHs receberam denúncias sobre a não instalação ou não  
1721 atendimento do posto de assistência social, o indicativo técnico é não aprovar o fechamento do  
1722 posto de assistência social e ainda realizar uma reunião com o CMAS empreendedor para  
1723 discussão de indicativos a deliberação do CEAS. Dessa forma, o encaminhamento gerado pela  
1724 comissão a plenária, é que a comissão indique a plenária em não aprovar o posto de  
1725 atendimento social e ainda agendar uma reunião em BH com o conselho municipal de  
1726 Guanhães e o empreendedor para a discussão de indicativos em deliberação do CEAS, e só  
1727 ressaltando que a gente pensou em marcar essa reunião aqui em Belo Horizonte porque o  
1728 CEAS teve um grande desgaste em relação a este empreendimento, eu pessoalmente já fui a  
1729 este local duas vezes pra fazer diligência em relação ao posto de atendimento social nos  
1730 continuamos com o mesmo problema. JUANITA: Ele encaminhou o relatório de complemento  
1731 do PAS no processo de monitoramento deste CEAS identificou-se que o PAS não foi  
1732 executado, solicitou informações complementares ao conselho municipal de Guanhães, que  
1733 também deu a mesma informação, que as ações não foram executadas, é isso? MÁRCIO:  
1734 Exato. JUANITA: O encaminhamento é invés do CEAS ir à Guanhães fazer uma solicitação,  
1735 fazer uma reunião conjunta com o empreendedor e o conselho municipal? MÁRCIO:  
1736 Exatamente. JUANITA: Por que a gente não solicita evidencias comprobatórias das execuções  
1737 das ações? MÁRCIO: são ações do Posto. O posto já tinha enviado relatório para finalização e  
1738 fechamento do posto nós solicitamos ao conselho municipal a validação desse relatório e que  
1739 não foi validado pelo conselho municipal desconhecendo qualquer tipo de ação prevista nesse  
1740 PAS. JUANITA: No posto ou no PAS? MÁRCIO: No posto, ação do posto. ISABELA: quando  
1741 era pra chegar o relatório pra fechar dizendo as atividades do posto o conselho disse que o  
1742 posto nunca funcionou então esse ponto do PAS não foi cumprido, e a ideia de fazer essa  
1743 reunião é de ver, porque parece que o empreendimento não gerou um impacto muito grande  
1744 direto nem indireto pras famílias de pensar se o posto não, qual uma outra ação que poderia  
1745 substituir o posto junto com o conselho pra que a empresa possa cumprir e ter um resultado  
1746 melhor. JUANITA: Entendi. Conselheira Roberta. MÁRCIO: Fisicamente o posto existe, mas ele  
1747 nunca funcionou. ROBERTA: Eu queria fazer um encaminhamento que é o seguinte, eu acho  
1748 que a gente tem que chamá-los pra reunião não sabe Márcio, eu acho que o conselho deve  
1749 convocá-los pra uma plenária, porque do PAS existe uma ação que segundo o controle social  
1750 do controle municipal tá dizendo que não foi executado, então eu acho que o empreendimento  
1751 deve ser convocado em plenária aqui, com a presença, a gente convoca por quê? Ele vai  
1752 precisar dessa aprovação do PAS pra fechar, ou melhor, pra fechar o PAS, porque ou seja pra  
1753 instalação ou operação, como é que está Rosa, é pra operação agora? MÁRCIO: Já está em  
1754 operação. ROBERTA: Ele já está em operação? ROSA: Boa tarde a todos, pra quem não me  
1755 conhece sou a Rosa, técnica da comissão de normas, a situação dessa CGH é a seguinte, ela  
1756 recebeu a comprovação do plano depois de vários trabalhos que nós tivemos com a equipe da  
1757 HIGH BRASIL eles, quando da licença de operação eles mantiveram o posto funcionando  
1758 realizaram algumas atividades, quando eles receberam a nossa resolução que eles tinham que  
1759 ficar mais seis meses com o posto aberto, isso foi também acordado com o conselho municipal

1760 de assistência social de Guanhães, eles teriam que ficar mais seis meses fazendo  
1761 monitoramento e algumas atividades que eles não realizaram que estavam sendo, que foram  
1762 acordadas com o conselho e eles não realizaram, simplesmente eles não ficaram seis meses  
1763 abertos, e o conselho municipal de Guanhães ele é um pouco diferente dos conselhos que a  
1764 gente costuma nessa relação de usinas porque eles tem um grupo de monitoramento que faz  
1765 visitas periódicas em todos os cinco empreendimento deles três PCHs e duas CGHs que existe  
1766 em Guanhães, então eles tem esse trabalho de fazer esse monitoramento e eles vieram  
1767 acompanhando, tanto que todas as denúncias que vieram da HIGH BRASIL veio do conselho  
1768 municipal agora eles constataram que aquele posto ficou o equipamento, mas a equipe não  
1769 realizou as atividades, e no relatório tem algumas fotos, tem nome de assistente social, então  
1770 tem todos os documentos que poderiam pra a gente comprovar, mas na visita, e o conselho  
1771 alega que não foi realizado. ROBERTA: Por isso é que a minha sugestão continua sendo uma  
1772 convocação, e nessa convocação tanto do empreendedor a gente coloca sob pena de revogar  
1773 a resolução que deu a aprovação do PAS, esse é o exercício nosso, assim como nós  
1774 deliberamos aprovando o PAS dele e dizendo, você vai ficar mais seis meses, você tem que  
1775 ficar mais seis meses com o posto aberto pra dar sequência nas atividades, ele não fez, nós  
1776 temos que chama-lo aqui para uma explicação nessa plenária, pode ser reunião, sob pena de a  
1777 gente revogar a resolução, porque do ponto de vista do empreendimento e a gente tem que  
1778 tomar algumas atitudes até pra a gente não chegar na situação que nós chegamos com  
1779 Candonga, gente, que a situação que a gente chegou com Candonga foi muito assim, as vezes  
1780 na tentativa de reunião de poder conciliar, eu acho que a gente fez, aprovou o plano dele ai  
1781 disse tem que ficar seis meses pra você coisa, pela diferencial que ela tá colocando do  
1782 conselho municipal lá, então a gente chama o consórcio aqui e de preferência com a presença  
1783 do conselho municipal pra ele se explicarem e nessa convocação fala que sobre pena de  
1784 revogação que deu a aprovação do PAS. MÁRCIO: Conselheira Roberta, eu acredito que é  
1785 nessa linha que nós pensamos na comissão. Esse empreendimento. O conselho não pode  
1786 mais se doar muito mais a resolução de problemas apresentados por esse empreendimento. A  
1787 gente tem que ser bem mais objetivos, à proporção que você está colocando é extremamente  
1788 pertinente e foi discutida também na comissão. O que a gente não pode mais é deixar que  
1789 esse empreendimento simplesmente não acate as resoluções e normativa implantada pelo  
1790 conselho. Exato. Então assim, eu acho que a gente tem que ser bem contundente nesse  
1791 aspecto. O nosso objetivo era construir aqui junto com essa reunião, esses indicativos.  
1792 JUANITA: Então a comissão aceita a proposta. MÁRCIO: Aceita, tranquilamente. JUANITA:  
1793 Então está aprovado. Na próxima plenária. Convocação. Está anotando aí, está anotando né,  
1794 convocação. Ok. MÁRCIO: Encerramos a comissão de nomes. (vozes ao fundo) JUANITA:  
1795 Bom, então já vamos fazer a distribuição. Nós temos um processo pra fazer a distribuição, não  
1796 está aqui pra mim não. Qual que é o processo? Distribuição barragem Mato-verde e a  
1797 conselheira sou eu. JUANITA. Distribuído. Finalizamos? Bom agora é a reunião da sociedade  
1798 civil para escolha da vice-presidente. Do vice-presidente. Enquanto isso nós estamos  
1799 focando. (fofoca ao fundo) JUANITA: O que nós temos com relação ao PAS a gente não faz

1800 mais resolução a de referendo. Do vice-presidente deste CEAS a partir de hoje? MARCELO:  
1801 Nós fizemos exaustivas reflexões sobre quem seria o indicado da sociedade civil pra compor o  
1802 conselho e fizemos reflexões inclusive sobre a possibilidade desse vice-presidente poder nesse  
1803 próximo processo de escolha poder também, a entidade poder participar e ele ter condições de  
1804 dar continuidade aqui nesses trabalhos. Considerando, então feitas essas considerações nós  
1805 fizemos a indicação do nosso companheiro da PAE. Sérgio, pra assumir a nossa vice-  
1806 presidência. (salva de palmas) Já com um monte de trabalho. JUANITA: Parabéns a sociedade  
1807 civil. Parabéns viu Sérgio por compor conosco a mesa diretora. SÉRGIO: Em primeiro lugar eu  
1808 gostaria de agradecer aos companheiros das entidades pela indicação, acho que é um desafio.  
1809 Não sei nem se eu sou preparado, mas eu sou movido a desafios, eu acho que as coisas a  
1810 gente não procura a gente encontra, de fato eu não tinha a maior ideia, interesse, até porque  
1811 eu sou novo aqui no conselho. Mas já que foi me dado o desafio eu quero dizer que vou me  
1812 esforçar o máximo possível pra atender os anseios aí das organizações sócias aqui  
1813 representadas nesse conselho. É isso aí. (salva de palmas) JUANITA: Bom senhores, nós  
1814 ficamos agora com a última pauta para encerrar essa plenária, que são os informes que como  
1815 sempre a gente está deixando por último. Eu já gostaria de iniciar o meu informe, que é pra  
1816 comunicar pra esse conselho que vai iniciar, que já iniciou, o processo de revisão do PPAG  
1817 na assembleia. Eu não sei por que não foi colocado aqui para fazer a leitura disso. Mas eu  
1818 estou fazendo o convite, a esse conselho estadual porque no dia 27, ou seja, na terça-feira, é o  
1819 dia da avaliação do projeto estruturador SUAS, que é da nossa competência, então já está  
1820 aqui o convite já foi feito a abertura que aqui com o "convitão". Só pra ler aqui pra vocês, no  
1821 dia 27 às 14:30 na comissão de trabalho de providência e da ação social, o tema, assistência  
1822 social. Esse ano eles fizeram uma alteração na lógica da revisão do PPAG e os temas foram,  
1823 vão ser revisados de acordo com a comissão da assembleia. Então por isso que agora esta  
1824 diferente dos dias anteriores. Então no dia 27 as 14:30 é sobre o tema de assistência social.  
1825 Esse era meu informe, conselheira Roberta. ROBERTA: Eu só queria completar esse informe  
1826 da Juanita. Porque o seguinte, semana que vem dias 29 e 30, porque o PPAG está vindo com  
1827 um diferencial, que ele está com um ciclo de debate de 10 anos da comissão popular. De  
1828 participação popular. Então até a nossa companheira Leonora, que já fez um trabalho nesse  
1829 conselho. Ela vai fazer um debate muito legal, com temas muito bons, sobre democracias e  
1830 participação. Tem a edite também que vai fazer uma discussão legal no dia 30 de manhã. Que  
1831 vai falar sobre planejamento. Pois é sobre planejamento e ciclo orçamentário. Eu acho que  
1832 seria bom, se os conselheiros entrassem no site se pudessem participar seria de extrema  
1833 riqueza. A outra questão eu queria lembrar essa plenária aqui, que a última participação da  
1834 PPAG foi da conselheira Cristiane, que ficou praticamente, sozinha na plenária. Discutir PPAG  
1835 que é uma avaliação do orçamento do ciclo orçamentário. Do ano, e as perspectivas para o  
1836 ano seguinte, é de suma importância para o controle social. Então assim, todo ano a gente  
1837 discute isso aqui depois do leite derramado, este ano a gente já fez um debate nessa plenária  
1838 aqui com a participação da Cristiane, a Cristiane estava sozinha na plenária representando o  
1839 CEAS. Então seria bom... Na última plenária? Eu estou só lembrando isso, o que, que a gente

1840 tem de hábito aqui, é depois que o leite derrama é que a gente discute. Então, hoje aqui foi  
1841 colocado a questão do orçamento. Então essa questão da avaliação do PPAG e tem um site da  
1842 assembleia que tem o monitoramento de todas as ações com transparência de todos os  
1843 gastos do governo, então se vocês não puderem participar, e eu também chamo os senhores  
1844 para participar desse site que a assembleia lançou, que é um site muito legal muito fácil de  
1845 caminhar, de buscar informação, informações num linguajar facilíma pra qualquer pessoa leiga  
1846 possa entender, em relação a questão de receita e despesa das políticas públicas de MG. E  
1847 muito importante lembrar que é uma questão pioneira no Brasil inteiro, é essa questão do site  
1848 de monitoramento em que qualquer cidadão pode acompanhar a questão das políticas públicas  
1849 do estado. Então eu acho que esse conselho se a poderá dessas informações e dessas  
1850 discussões. JUANITA: Eu gostaria só de finalizar como nós não temos mais informes. Tem,  
1851 Márcio pediu? Você também? Porque na hora que nós abrimos pra inclusão de informe  
1852 ninguém tinha incluído não. Aqui na está anotado. Não sem problema. Eu falei o último  
1853 informe. É só pra lembrar os conselheiros, nós estamos em pleno processo de realização de  
1854 pré-conferências regionais. Nós tivemos 2, quem foi, foi o conselheiro Volney e o conselheiro  
1855 André. Semana que vem nós temos mais 2 elas são contaminantes, nós estamos fazendo duas  
1856 no mesmo dia, em 2 grupos. Então as pré-conferências terminam no início, dia 23 de setembro.  
1857 E 16 de outubro a nossa conferência estadual. Com relação às pré-conferências regionais nós  
1858 já tínhamos decidido os nomes dos conselheiros que estariam nelas, entretanto a Anália está  
1859 com um problema que apareceu agora, ela ia fazer a conferência de Guaxupé. Mas coincidiu  
1860 com a data da pré-conferência de Guaxupé que ela ira, o encontro regional de medida sócio  
1861 educativa em meio aberto ... e TSC então ela está pedindo a colaboração de um conselheiro  
1862 para assumir a conferência de Guaxupé, qual data Anália? 11 de setembro. Pré-conferência.  
1863 (vozes ao fundo) ANÁLIA: Dia 12 você vai estar em Varginha, seu nome está lá naquela  
1864 planilha, e no caso é pertinho então seria 11 e 12, beleza, fechado? JUANITA: quem é que vai  
1865 pra Varginha, alguém pode olhar aí pra gente nas pré-conferências o conselheiro que vai pra  
1866 Varginha. No dia 12 né aí seria um dia antes... O Geraldo. (vozes ao fundo). JUANITA: Oi,  
1867 bom então qual que vai ser o meu encaminhamento Anália, a consolação ela teve que se  
1868 ausentar por questões pessoais ela vai fazer o contato com os conselheiros pra ver quem  
1869 pode cobrir a Anália e vai dar o retorno por e-mail. Ok? Conselheiro Márcio como não está  
1870 escrito aqui, Fátima, por favor, informe. Vamos lá conselheira. FÁTIMA: Juanita, eu que trouxe  
1871 esse folder aqui porque eu achei lá no sindicato e eu achei que essa que seria o meu informe.  
1872 Desde que a gente teve esse problema na última então a gente trouxe pra ver se ia sair à  
1873 equipe aqui pra ver quem que ia falar quem vai representar lá o conselho. A gente tem que, a  
1874 fala igual você falou aí, também Roberta, é de extrema relevância também quero saber quem  
1875 que será o titular pra representar o conselho lá, se a SEDESE também, estará presente pra  
1876 depois não dizer que nós não participamos, então eu acho que a gente devia tirar o nome  
1877 agora pra ver quem vai estar lá. JUANITA: Na verdade, o conselho estadual, ele não participa  
1878 no processo de discussão de revisão, ele faz parte da plenária e pode representar a proposta  
1879 como qualquer cidadão, então assim.... FÁTIMA: Eles não vão estudar nada, assim que possa.

1880 JUANITA: Não, eu acho que quem deveria estar lá é alguém da comissão de normas que  
1881 trabalha do orçamento, agora, qualquer conselheiro que queira participar da discussão e  
1882 representar proposta de emenda de alteração da revisão isso aí é muito tranquilo. FÁTIMA: Eu  
1883 entendo, mas eu quero dizer se nessa plenária aqui, vai sair nome pra alguém ir lá. JUANITA:  
1884 é isso que eu estou falando, não tem isso, o CEAS não compõe a mesa de quem vai fazer o  
1885 processo de revisão... FÁTIMA: Não eu entendi, vejo o lado das pessoas tem direito de falar.  
1886 JUANITA: Claro, todo mundo tem direito a voto. FÁTIMA: Eu digo assim, ninguém está com  
1887 essa proposta de ir lá. JUANITA: Então é isso que eu estou falando aqui, abrindo o convite e  
1888 eu estou falando que é legítimo. A comissão de orçamento está considerando que é a revisão  
1889 do PPAG, mas qualquer um pode ir. ANDRÉA: Juanita, só pra esclarecer melhor, agora é só  
1890 monitoramento das ações que estão acontecendo não é pra proposta de orçamento 2014, é  
1891 pra acompanhar os projetos estruturadores que estão acontecendo, tanto as meta físicas,  
1892 quanto as financeiras. JUANITA: Que é o que a gente faz aqui no CEAS. Por meio da  
1893 comissão de normas, de orçamento, eu acho também ... ANDRÉA: Informação da Mila que a  
1894 proposta está prevista pra outubro. ROBERTA: Eu estou entendendo o que, que a Fátima está  
1895 colocando e é indiferente ser perspectiva financeira pra 2014, aqui gente, do ponto de vista de  
1896 monitoramento do orçamento, diferente se vai colocar alguma coisa lá pra 2014 por que vai ser  
1897 outubro. Agora Fátima a única diferença é o seguinte, a gente só delibera aqui quando vem um  
1898 convite pra cá, o que a gente está fazendo é divulgando a informação, porque não veio convite  
1899 específico para o CEAS esses convites que essa Andréa soltou, soltou geral pra todo mundo,  
1900 nós estamos reforçando a importância da informação, mas nós não vamos ter que deliberar em  
1901 grupo aqui pra ir porque não teve convite específico pro CEAS. A gente está apenas  
1902 divulgando a informação. Mas é claro que eu acho que no momento de votar o orçamento lá,  
1903 eu acho que aí sim deve reforçar a participação e tal. É só pra lembra que não veio convite pra  
1904 cá não, a gente está só divulgando a informação. JUANITA: Conselheiro Márcio. MÁRCIO:  
1905 queria convidar a todos, dia 18 de setembro vai ser feito o lançamento de um fórum de  
1906 Entidades de assistência social de BH que vai ocorrer no museu da PUC no Coração  
1907 Eucarístico, às 14horas. Então nós estamos organizando um fórum de entidades de assistência  
1908 social de Belo Horizonte. Dia 18 de setembro, às 14horas, no museu da PUC minas do coração  
1909 eucarístico. O convite será encaminhado aqui pro CEAS pra que ele seja estacado pra todos  
1910 os conselheiros aqui. JUANITA: Encerramos os informes. Está encerrada a plenária de hoje,  
1911 agradeço a todos bom retorno e muito obrigado pela presença. Nada mais havendo, encerrou-  
1912 se a presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.